



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAYRA NATHÁLIA PINHEIRO LOPES

**O PROJETO CHINÊS DE INTERNACIONALIZAÇÃO:
O YUAN DIGITAL, HONG KONG E O MERCADO INTERNACIONAL**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2026**

MAYRA NATHÁLIA PINHEIRO LOPES

**O PROJETO CHINÊS DE INTERNACIONALIZAÇÃO:
O YUAN DIGITAL, HONG KONG E O MERCADO INTERNACIONAL**

Monografia apresentada ao Departamento de
Relações Internacionais da Universidade
Federal de Sergipe como requisito para
obtenção de título de bacharel em Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Me. Corival Alves do Carmo

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2026**

MAYRA NATHÁLIA PINHEIRO LOPES

O PROJETO CHINÊS DE INTERNACIONALIZAÇÃO:
O YUAN DIGITAL, HONG KONG E O MERCADO INTERNACIONAL

Monografia apresentada ao Departamento de
Relações Internacionais da Universidade
Federal de Sergipe como requisito para
obtenção de título de bacharel em Relações
Internacionais.

Nota: _____

Data da apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Corival Alves do Carmo
(Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque
(Avaliador)

Prof. Me. Alba Bruna Barbosa Boaventura
(Avaliador)

Aos meus pais, educadores por profissão e
mestres da vida, que nunca me deixaram
caminhar sozinha na infinita jornada do saber.

RESUMO

A crescente projeção econômica da China tem sido acompanhada por estratégias voltadas à internacionalização do yuan, buscando a soberania monetária e a autonomia política no processo de redução da dependência do dólar. Nesse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel do yuan digital (e-CNY) e de Hong Kong no processo chinês de internacionalização monetária, identificando suas potencialidades e limitações nas dinâmicas geoeconômicas. Para isso, foi adotado o método de estudo de caso único, com abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e na análise de fontes primárias. Os resultados indicam que o yuan digital representa uma inovação tecnológica com potencial de otimizar as transações transfronteiriças e mitigar as vulnerabilidades decorrentes da hegemonia do dólar e da dependência de redes de pagamento ocidentais, atuando de maneira complementar à estratégia de internacionalização. Em paralelo, Hong Kong tem sido um “laboratório financeiro” e uma ponte estratégica entre a China e os mercados globais, de modo a impulsionar a projeção do yuan, especialmente por sua participação em iniciativas como o *mBridge* e a *Belt and Road Initiative*. Contudo, a restrita abertura do mercado financeiro chinês, a necessidade de maior adequação a padrões internacionais e pressões geopolíticas externas ainda limitam o estabelecimento do yuan como moeda de alcance global. Conclui-se que a internacionalização da moeda chinesa constitui um processo gradual, condicionada tanto por fatores internos quanto pela configuração do Sistema Internacional.

Palavras-chave: China; e-CNY; Hong Kong; mBridge; Belt and Road Initiative.

ABSTRACT

China's growing economic influence has been accompanied by strategies aimed at the internationalization of the yuan, seeking to strengthen monetary sovereignty and political autonomy through the reduction of its dependence on the U.S. dollar. In this context, this study aims to analyze the role of the digital yuan (e-CNY) and Hong Kong in China's monetary internationalization process, identifying their potential and limitations within geoeconomic dynamics. To achieve this objective, a qualitative single-case study was conducted, based on bibliographic and documentary research, as well as the analysis of primary sources. The findings indicate that the digital yuan represents a technological innovation with the potential to optimize cross-border transactions and mitigate vulnerabilities arising from the hegemony of the U.S. dollar and the dependence on Western payment networks, serving as a complementary instrument to China's internationalization strategy. At the same time, Hong Kong has functioned as a "financial laboratory" and a strategic bridge between China and global markets, fostering the international projection of the yuan, particularly through its participation in initiatives such as mBridge and the Belt and Road Initiative. Nevertheless, the limited openness of China's financial market, the need for greater compliance with international standards, and external geopolitical pressures continue to constrain the establishment of the yuan as a global currency. It is concluded that the internationalization of China's currency constitutes a gradual process, shaped by both domestic factors and the configuration of the International System.

Key words: China; e-CNY; Hong Kong; mBridge; Belt and Road Initiative.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Distribuição dos centros de compensação e não compensação (China)

Figura 2 - Volume de transações acumuladas do e-CNY entre 2021 e 2025

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAT - Baidu, Alibaba and Tencent

BIS - Bank for International Settlements

BRI - Belt and Road Initiative

CBDC - Central Bank Digital Currency

CCP - Chinese Communist Party

CEB - China Everbright Bank

CHIPS - Clearing House Interbank Payments System

CIPS - Cross-Border International Payment System

DLT - Distributed Ledger Technology

DYCBP - Digital Yuan Cross Border Pilot

GFCI - Global Financial Centres Index

HKMA - Hong Kong Monetary Authority

HKSAR - Hong Kong Special Administrative Region

ICT - Information and Communication Technology

IMF - International Monetary Fund

IPO - Initial Public Offering

OCTS - One Country, Two Systems

PBOC - People's Bank of China

RCEP - Regional Comprehensive Economic Partnership

SFC - Securities and Futures Commission

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A trajetória chinesa entre finanças, tecnologia e conjunturas globais.....	13
2. Hong Kong como laboratório financeiro: estrutura, regulação e projeção.....	23
3. Os caminhos da internacionalização.....	31
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2008, durante uma reunião do G-20, o presidente da China defendeu a necessidade de uma nova ordem internacional mais justa, inclusiva e ordenada, capaz de beneficiar a todos (Torres; Pose, 2018, p. 3). Em consonância, o presidente do Banco Central chinês demonstrou apoio ao posicionamento presidencial ao declarar: “A crise exige uma reforma criativa do sistema monetário internacional em vigor, o que demanda uma moeda de reserva internacional com valor estável, com emissão baseada em regras pré-definidas e oferta controlada, com o objetivo de salvaguardar o equilíbrio econômico e financeiro a nível mundial (Zhou, 2009, p. 1).

Karimipour (2024, p. 80) observa que, “em busca de poder, (grandes potências) tentam transformar a sua moeda em uma moeda dominante ou governante, a fim de converter sua capacidade monetária em um instrumento de imposição em assuntos internacionais”. Essa análise evidencia que a política internacional é profundamente influenciada pelo desempenho econômico do Estado, de modo que um não pode ser dissociado do outro sem consequências. Nesse sentido, o esforço da China em ampliar o uso do yuan pode ser interpretado à luz da lógica de Miswar (2024, p. 127), segundo a qual o poder de um país se manifesta tanto na força de sua taxa de câmbio quanto em sua capacidade de difusão.

Desta maneira, a síntese da relação entre moeda, poder e influência pode ser visualizada no pensamento de Danilova e Maslov (2024, p. 83), que afirmam: “a concorrência cambial entre os países é, na essência, uma concorrência entre os níveis de seu desenvolvimento econômico e sua capacidade de influenciar a economia mundial”. Assim, pode-se inferir que, por meio de estratégias racionais, a China busca reduzir o descompasso entre soberania monetária formal e autonomia política genuína, enfraquecendo, dessa forma, os mecanismos¹ de reforço da hegemonia do dólar (Zeng; Lau, 2025, p. 2).

Com isso, cabe destacar que a discussão sobre o privilégio do dólar não é recente no debate político. Mirfazli e Shafiee (2026, p. 3-4) argumentam que o ímpeto pela desdolarização entre economias — em especial, as emergentes — tem raiz na insatisfação sistêmica com a atual ordem monetária global, na qual o dólar estadunidense ocupa uma fatia desproporcional na influência financeira mundial. E, para dar continuidade a esse processo, estudiosos como Carvalho e Gabriel (2025, p. 3) defendem que o alcance da desdolarização depende da China, ainda que os seus objetivos nacionais permaneçam pouco claros.

¹ De acordo com os autores, estes mecanismos são: o domínio da faturação e liquidação comercial, a elevada concentração do dólar enquanto moeda de reserva e o domínio de redes de pagamento sob jurisdição dos EUA, como o SWIFT e o Sistema de Pagamentos Interbancários da Câmara de Compensação (em inglês, CHIPS).

Em 2023, cinco países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (em inglês, ASEAN) – Indonésia, Tailândia, Malásia, Cingapura e Filipinas – expressaram apoio ao avanço do processo de desdolarização. Durante a sua 42ª Cúpula do bloco, foi aprovada a *ASEAN Leaders' Declaration on Advancing Regional Payment Connectivity and Promoting Local Currency Transactions*. Através desse documento, os Estados-membros se comprometeram a ampliar o uso de moedas locais em transações transfronteiriças e a reduzir seus custos; fortalecer a conectividade dos sistemas regionais de pagamentos; considerar maior flexibilização da administração cambial; e fomentar mecanismos mais eficientes de descoberta de preços, entre outras medidas (ASEAN, 2023, p. 2).

Além do bloco asiático, o grupo BRICS também sinalizou positivamente em relação à proposta, como evidenciado pela declaração de Cyril Ramaphosa, presidente da África do Sul, que afirmou: “(Os países do BRICS) estão prontos para explorar as oportunidades de melhorar a estabilidade, credibilidade e justiça da arquitetura financeira global”. Tal posicionamento mostra a percepção dos membros do BRICS em relação ao aumento do uso de moedas locais e dos métodos alternativos de liquidação no comércio transfronteiriço (Jennings, 2023, s.p.). Em ambos os casos, Miswar (2024, p. 128) entende que o objetivo central desses movimentos consiste em reduzir a dependência do dólar e, conseqüentemente, a dominância estadunidense.

Nesse contexto, as Moedas Digitais Emitidas por Banco Central (em inglês, CBDC) emergem como uma proposta de digitalização da moeda soberana de uma nação (Zeng; Lau, 2025, p. 3), modernizando o sistema financeiro ao utilizar a tecnologia como instrumento de inclusão e aprimoramento técnico, sem desgastar a soberania da moeda nacional (Li, 2025, p. 1). Ao contrário das criptomoedas como Bitcoin e Ethereum, as CBDCs têm respaldo do governo e curso legal, por vezes operando com tecnologia blockchain (IBM, 2023, s.p.). Emitidas e reguladas por um banco central, são projetadas para combinar a confiança e a estabilidade do seu emissor com a eficiência e a programabilidade de tecnologias digitais (Zeng; Lau, 2025, p. 3).

No caso da China, o yuan digital (e-CNY) não se limita a ser uma inovação tecnológica: ele se apresenta como um canal de liquidação alternativo que pode mitigar o impacto de medidas de contenção financeira, o que inclui a exclusão de redes de pagamento controladas por potências ocidentais como os Estados Unidos (Zeng; Lau, 2025, p. 1). Dessa maneira, o e-CNY atuaria como uma ferramenta de gestão de riscos e uma rede alternativa de segurança financeira, o que atenuaria o descompasso geoeconômico apontado pelos autores.

No entanto, para alcançar resultados, o desempenho das estratégias e das políticas chinesas ultrapassam o território continental e se beneficiam de um local privilegiado no sistema financeiro internacional: Hong Kong. Atrás apenas dos centros de Nova Iorque e Londres, o desenvolvimento de Hong Kong como centro financeiro internacional decorre, em grande medida, das características de sua economia aberta e transparente, regulada segundo os padrões internacionais — fatores que tornam o ambiente competitivo especialmente atrativo (Lu, 2025, p. 146).

Ademais, para uma análise mais abrangente da trajetória do e-CNY, é indispensável reconhecer os eventos históricos que testaram a resiliência do Sistema Financeiro Internacional e aceleraram a busca por alternativas aos sistemas predominantes, funcionando como catalisadores, como: a pandemia de COVID-19 e as consequências da guerra na Ucrânia com subsequentes sanções impostas à Rússia. Não menos relevante, um fator adicional de motivação para a China se encontra na guerra comercial com os Estados Unidos, que será examinada de forma pontual para fins específicos. Contudo, apesar das intempéries enfrentadas até então, a China tem estudado e aplicado projetos que buscam ampliar o uso de sua moeda além-fronteira, de modo que, em grande escala, possuem potencial para remodelar a arquitetura financeira global através de esforço coordenado para a projeção do yuan em novos circuitos internacionais.

Assim, o presente trabalho se propõe a investigar como a China Continental tem articulado a infraestrutura financeira de Hong Kong com iniciativas e projetos nacionais para expandir sua influência no Sistema Internacional. Uma vez que a internacionalização do yuan possibilita a formação de meios alternativos de pagamento que reduzem os riscos relacionados à dependência do dólar, ao mesmo tempo em que revelam potenciais transformações na arquitetura financeira global, é aberto um debate sobre como novas formas de governança são formadas a partir do campo digital.

Em paralelo, busca-se analisar a trajetória financeira da China, intimamente ligada a políticas públicas que favorecem o desenvolvimento tecnológico, bem como compreender o papel de Hong Kong como ponte regulatória de liquidação entre o regime econômico chinês e os mercados internacionais, com suas vantagens estratégicas no plano de expansão da esfera de influência chinesa. Por fim, serão examinadas as iniciativas e projetos de internacionalização do yuan digital, como o *mBridge* e a *Belt and Road Initiative*, que ilustram os esforços chineses em consolidar alternativas financeiras e ampliar a sua presença no cenário econômico mundial.

Para investigar o objeto de pesquisa, foi adotado o estudo de caso único em abordagem qualitativa, voltada à descrição e interpretação de como a China tem articulado a incorporação do e-CNY em transações transfronteiriças. Conforme King, Keohane e Verba (1994, p. 4), o método qualitativo permite uma análise profunda de materiais históricos, reunindo informações relevantes para compreender mecanismos causais, enquanto Henriques, Leite e Teixeira Júnior (2015, p. 5-6) destacam que o estudo de caso favorece uma descrição robusta e imersiva. Gonçalves (2005, p. 69) acrescenta que a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sem rejeitar dados objetivos, o que reforça sua natureza explicativa.

Sob o viés pluralístico que reconhece estratégias de três diferentes tipos, o projeto se fundamenta na pesquisa explanatória, aproveitando a sua capacidade de integrar dados e eventos para uma compreensão mais abrangente do fenômeno em análise (Yin, 2015, p. 19). Assim, o estudo de caso se concentra em Hong Kong como locus privilegiado, dada sua centralidade financeira histórica e seu papel estratégico de ponte entre China e o mercado internacional. Ainda, como destaca Yin (2015, p. 65), o caso único pode ser utilizado para verificar proposições teóricas ou explorar explicações alternativas.

Para a fundamentação empírica, foram utilizadas fontes secundárias — artigos, livros, relatórios especializados e veículos midiáticos — e fontes primárias — documentos governamentais e dados oficiais —, consideradas essenciais para a revisão inicial de literatura (Coutinho, 2014, p. 65). Tal diversidade de materiais confere amplitude à análise, o que permite observar a convergência entre inovação tecnológica e apoio governamental que orientam a estratégia chinesa. Ao mesmo tempo, possibilita-se uma leitura crítica dos fatos, incorporando as diferentes perspectivas que emergem no debate internacional acerca da internacionalização do yuan — seja em sua forma física, seja em sua forma digital.

1. A trajetória chinesa entre finanças, tecnologia e conjunturas globais

Com base na teoria marxista, uma vez que a base econômica determina a superestrutura e sofre um efeito inverso por ela, é possível afirmar que as condições políticas — uma das áreas mais poderosas e diretas da superestrutura — possuem a capacidade de moldar e até mesmo definir os rumos do desenvolvimento econômico (Liang; Li, 2023, p. 2). Isto posto, os autores argumentam que, como um novo modelo, o desenvolvimento da economia digital está intimamente ligado ao apoio do governo que, de acordo com pesquisas científicas e evidências empíricas, possui impacto significativo na taxa e na direção do progresso tecnológico.

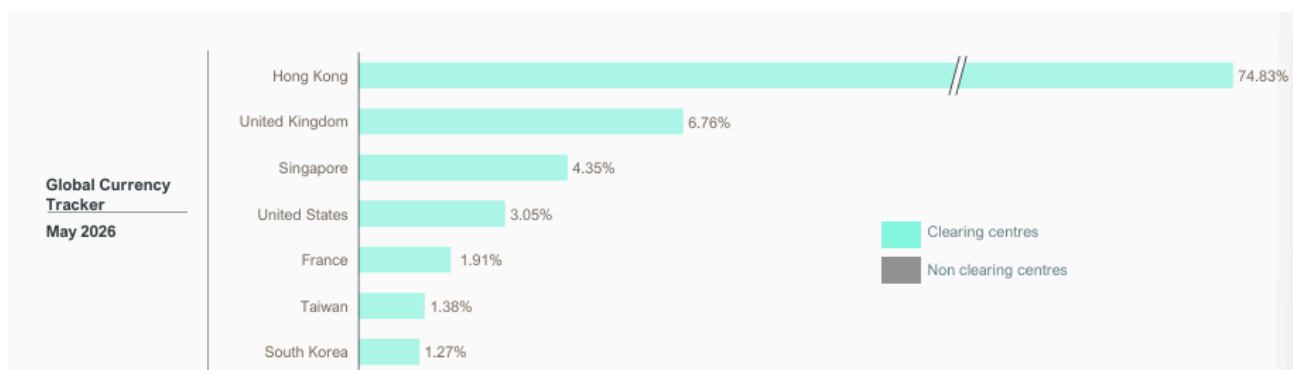
De maneira geral, pode-se afirmar que o projeto de internacionalização monetária chinesa tem destacado o esforço do governo em consolidar a posição do país como potência financeira global, revelando uma preocupação especial com a redução da dependência do dólar e, conseqüentemente, a ambição em ampliar sua influência econômica na arena internacional. Essa orientação foi endossada por Xi Jinping, figura central da política chinesa, que, em uma sessão de estudos sobre a promoção do desenvolvimento de finanças de alta qualidade, afirmou que a trajetória financeira nacional não deve acompanhar apenas os modelos modernos, mas se desenvolver com características chinesas, com o intuito de se adequar às condições nacionais, diferenciando-se, portanto, da lógica do desenvolvimento financeiro ocidental (International Department Central Committee of CPC, 2024, s.p.).

Dessa forma, ao observar o processo de internacionalização chinês com minúcia, destacam-se pontos no seu histórico de desenvolvimento estratégico a partir dos avanços decorrentes da implementação da política de portas abertas. Essa diretriz, como observa Sung (1991, p. 19), centrou-se na adaptação e na difusão tecnológica — com ênfase na tecnologia estrangeira —, que, juntamente com o impulso reformista, trouxeram novas configurações ao sistema econômico stalinista no país e promoveram mudanças estruturais de amplo alcance. Nesse cenário, é fundamental ressaltar que Hong Kong, em sua condição de região especial, atua como uma ponte estratégica entre o sistema chinês e os mercados internacionais, o que torna a compreensão do seu papel um exercício crucial para analisar a projeção desta moeda além-fronteira.

Nesse contexto, o papel de Hong Kong se consolida como um elo fundamental da economia, pois funcionou como plataforma estratégica de portos e entrepostos para o comércio entre China e Ocidente entre 1842 e 1997, ainda que sob domínio britânico (Oliveira, 2021, p. 4). A trajetória econômica da região se revela, portanto, indissociável à da própria China continental, de modo que compreender o seu papel como intermediário

financeiro e como plataforma de listagem de empresas chinesas se torna essencial para analisar os mecanismos pelos quais o país busca projetar sua moeda além de fronteiras nacionais. Como se pode observar na figura abaixo, Hong Kong concentra aproximadamente 75% dos centros de compensação globais do yuan, superando polos como Reino Unido (6,76%) e Singapura (4,35%).

Figura 1 - Distribuição dos centros de compensação e não compensação (China)



Fonte: SWIFT² (2026, p. 4)

Tal predominância evidencia a sua função como principal centro internacional da moeda chinesa, demonstrando que a internacionalização do yuan depende, em grande medida, da infraestrutura financeira consolidada da HKSAR. Isto posto, nota-se como a lógica de “um país, dois sistemas” (em inglês, OCTS) foi decisiva para que Hong Kong se consolidasse como porta de entrada para a China continental, o que favoreceu não apenas a intensificação das relações econômicas, como também a aproximação política entre os dois agentes (Oliveira, 2021, p. 8). Outrossim, esse princípio também viabilizou uma estabilidade a longo prazo. De modo geral, a maturidade e a flexibilidade do sistema de Hong Kong contribuíram para a entrada de capital estrangeiro no mercado continental, ao passo que este utilizava a Região Administrativa Especial de Hong Kong (em inglês, HKSAR) como janela de acesso ao mercado internacional (Lu, 2024, p. 12).

Por conseguinte, até meados dos anos 2000, as transações financeiras na China eram, em sua maioria, efetuadas em moeda física, apesar de sua população dispor da mais robusta rede de cartões do mundo, a UnionPay (Cheng, 2024, p. 4). Esse cenário começou a se transformar com a ascensão dos *M-payments* — termo criado para designar transações financeiras realizadas por meio de dispositivos móveis, como smartphones e tablets.

² Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (em inglês, SWIFT).

Reconhecidos por integrarem aspectos pessoais às demandas profissionais, o uso moderno de dispositivos móveis oferecem vantagens significativas em comparação aos meios de pagamento tradicionais, como maior velocidade de processamento e operações mais seguras, eliminando a necessidade de dinheiro físico (He; Sleiman; Suliman, 2025, p. 1).

Nesse processo de digitalização, um marco decisivo ocorreu em 2004, quando a plataforma de pagamentos digitais Alipay ingressou no mercado consumidor nacional (Taylor, 2023, p. 16). Resultado de uma revolução no sistema de pagamentos de varejo, a plataforma passou a integrar um novo sistema ecossistema baseado em carteiras digitais³, QR codes e grandes empresas de tecnologia nacionais, como Tencent e Alibaba. Esse ambiente alternativo ofereceu incentivos distintos ao mercado e acabou influenciando a criação da UnionPay, rede de cartões fundada na China (Klein, 2020, p. 1-2), consolidando o avanço da China rumo a um sistema financeiro cada vez mais digitalizado.

Mais do que uma inovação técnica, esse movimento revelou uma dimensão cultural. As carteiras digitais das *fintechs* apresentam uma característica altamente atrativa: são multimodais. Kow, Gui e Cheng (2017, p. 16) destacam que gigantes como Alipay e WeChat Pay não apenas representam o dinheiro como meio de pagamento digital direto, mas também incorporam significados sociais e simbólicos: o dinheiro circula em práticas cerimoniais e de manutenção de laços familiares (*digital hongbao*), como “dinheiro de jogo” em grupos de chat (*lucky hongbao*) e em conotação de “dinheiro de presente” (*gift money*), aprofundando o alcance das *fintechs* para além do aspecto puramente financeiro.

Não obstante o crescimento do ecossistema financeiro digital no âmbito doméstico, a China passou a articular estratégias voltadas para o exterior. De acordo com Huang, Wang e Fan (2014, p. 24) a internacionalização monetária chinesa vem sendo planejada pelo menos desde 2006, ganhando impulso para sua implementação efetiva durante a crise financeira global, quando se sinalizou um possível enfraquecimento do papel do dólar estadunidense e uma crescente demanda por uma moeda internacional alternativa. Sob uma atmosfera de dúvidas sobre o sistema financeiro ancorado em Wall Street e mesmo o papel do dólar em si, a especulação sobre a função de outras moedas no Sistema Monetário Internacional ganhou força (Sousa, 2020, p. 5).

Com isso, Beijing adotou uma estratégia de duas frentes: a primeira voltada para a promoção direta do uso de sua moeda e a segunda dedicada à liberalização gradual da conta

³ É interessante notar que os países com maiores taxas de adoção de carteiras móveis estão localizados na Ásia. Além da China com Alipay e WeChat Pay, o Gojek na Indonésia e PromptPay na Tailândia estão em constante desenvolvimento. Aparentemente, as carteiras digitais são usadas como um meio para combater a condição desbancarizada de suas populações (Statista, 2026).

de capitais. Esse processo foi apoiado pelo incentivo governamental, pelo crescimento sólido das atividades econômicas e pelas expectativas de valorização da moeda (Huang; Wang; Fan, 2014, p. 24-25). Para tais fins, as medidas aplicadas foram: (i) o emprego do renminbi para liquidação de comércio e investimentos, principalmente com economias vizinhas e regionais; (ii) o estabelecimento de mercados *offshore* em Hong Kong; (iii) a emissão de títulos e outros valores mobiliários denominados em renminbi em Hong Kong e Londres; (iv) acordos numerosos de *swap* cambial; e (v) manutenção de renminbi por determinados bancos centrais estrangeiros como parte de suas reservas internacionais (Huang; Wang; Fan, 2014, p. 25).

Para além dessa ressignificação, Taylor (2023, p. 16) argumenta que o crescimento das *fintechs* recebeu incentivo tanto por políticas governamentais⁴ quanto por iniciativas privadas, o que demonstra o reconhecimento dessas empresas como um caminho para inclusão financeira, inovação e dinamização econômica. Uma dessas políticas governamentais, por exemplo, é a *Internet Plus*, proposta pelo premier Li Keqiang em 2015. Trata-se de uma estratégia voltada para a criação de um ecossistema industrial baseado na convergência entre setores econômicos e sociais por meio de plataformas digitais e Tecnologias de Informação e Comunicação (em inglês, ICT), o que impulsionou o desenvolvimento chinês no contexto da 4ª Revolução Industrial (Korea Institute for International Economic Policy, 2019, p. 1-2).

Essa iniciativa, apoiada pelos três gigantes da internet chinesa — Baidu, Alibaba e Tencent (unidos sob a sigla BAT) — sustenta um ecossistema de inteligência artificial orgânico alimentado por grandes volumes de dados. Nesse contexto, empresas líderes se apressam para desenvolver tecnologias e plataformas centrais de inteligência artificial, enquanto o governo desempenha um papel facilitador por meio de políticas de incentivo. O resultado é um modelo de desenvolvimento nacional que articula políticas públicas e dinamismo empresarial, o que evidencia a estratégia chinesa de conciliar regulação estatal e força de mercado (Korea Institute for International Economic Policy, 2019, p. 2).

Logo, é por meio do progresso tecnológico e de sua incorporação que “o governo tem tratado as finanças digitais como um dos meios mais importantes para melhorar a inclusão financeira”, como observam Zhou, Arner e Buckley (2015, p. 18). Esse discurso oficial⁵, presente em documentos e pronunciamentos governamentais, incentivou *fintechs* e

⁴ Liang e Li (2023, p. 2) definem apoio governamental como um suporte principalmente político destinado a novas indústrias ou setores estratégicos nacionais. No contexto chinês, esse apoio inclui investimentos em ciência e tecnologia, acompanhados de subsídios P&D, que não apenas aliviam a pressão financeira, como também reduzem custos de produção e promovem a reestruturação industrial.

⁵ Em 2013, a Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China anunciou uma tentativa de desenvolver a inclusão financeira. Em 2015, o Conselho de Estado da China publicou o Plano para Avançar o Desenvolvimento da Inclusão Financeira, pontuando medidas para melhorar a disponibilidade, a satisfação e a qualidade dos serviços e produtos financeiros (Chen; Yuan, 2021, p. 4).

conglomerados tecnológicos a expandirem suas operações para o mercado financeiro de regiões interioranas, levando infraestrutura de internet a áreas rurais com apoio estatal (Taylor, 2023, p. 27). Considerada uma parte crucial da reforma financeira, tal inclusão contribuiu para a redução da pobreza e do crescimento econômico regional na China (Chen; Yuan, 2021, p. 2).

No entanto, a trajetória chinesa encontrou outro imponente desafio: a pandemia de COVID-19. O aumento do desemprego, a deterioração do Produto Interno Bruto e o aumento da inflação, consequências diretas da crise sanitária, colocaram à prova tanto a tomada de decisão quanto a percepção de bem-estar financeiro (Kumar; Pillai; Kumar; Tabash, 2023, p. 169). Além de catalisar uma crise generalizada no sistema financeiro, a pandemia representou um obstáculo árduo ao gerenciamento do crescimento econômico, uma vez que grande parte destas atividades sofreu desaceleração prolongada ou ficou inativa. De forma prática, foi demonstrado como o sucesso econômico depende de variáveis que não estão, por completo, sob controle da economia em questão (Lui; Oh; Rowley, 2024, p. 12).

Em Hong Kong, a abordagem da China continental e suas diretrizes de combate ao surto de COVID-19 envolveu uma quarentena obrigatória que reduziu o fluxo de pessoas no país, além da aplicação de monitoramento intensivo, medidas severas de contenção a nível comunitário e alta frequência de testes — o que foi chamado de “estratégia de zero dinâmico” (Lui; Oh; Rowley, 2024, p. 14). De acordo com os autores, isso impactou profundamente a abertura aos negócios internacionais de Hong Kong, uma vez que a conectividade com o território continental exerce influência no papel de centro de negócios da HKSAR, que se viu entre dois sistemas de combate à pandemia: a China e o resto do mundo. No entanto, é importante observar como governos e bancos centrais responderam a esse desafio: por meio do desenvolvimento de seus sistemas de pagamento eletrônicos (Arner *et al.*, 2020, p. 41).

Com a popularização das moedas digitais após o lançamento da Bitcoin em 2009, a categoria se dividiu em três principais vertentes: as criptomoedas, as *stablecoins* e as CBDC. Entre estas, destaca-se o yuan digital, projeto iniciado em 2014 e testado a partir de 2020 pelo Banco Popular da China (em inglês, PBOC), que surgiu como uma modernização do sistema financeiro, representando uma evolução tecnológica inclusiva sem perda da soberania estatal (Li, 2025, p. 1). Classificado pelo Bank for International Settlements (2022, p. 1) como uma resposta à crescente demanda por moeda soberana na era da economia digital, o e-CNY logo abandonou a concepção de substituto da moeda física para coexistir e interoperar com sistemas de pagamento domésticos existentes, o que se mostra mais como uma orientação voltada para colaboração do que para competição (Arner *et al.*, 2020, p. 40).

Nessa lógica, o yuan digital também desempenha a função de mecanismo de contingência (backup) para o sistema de pagamentos de varejo chinês. Em caso de falhas nas principais plataformas privadas de pagamento, como Alipay e WeChat Pay, o e-CNY assegura a continuidade do fluxo de pagamentos por se tratar de um meio de pagamento emitido diretamente pelo PBOC e respaldado por crédito soberano, atuando como uma rede de segurança para um sistema financeiro ainda fortemente dependente de grandes empresas de tecnologia (Bank for International Settlements, 2022, p. 1). Desse modo, trata-se de uma CBDC com enfoque no setor de varejo. Ou seja, destinada a transações comerciais do cotidiano, que reúne alta liquidez com crédito legal ilimitado, mecanismos de anonimato controlável⁶ e uma maior inclusão ao permitir abertura de carteira sem a necessidade de conta bancária (Lu; Chen, 2021, p. 2-3).

Portanto, além de modernizar o sistema financeiro, o e-CNY amplia o alcance da moeda, facilita transações transfronteiriças e reforça a presença monetária chinesa em circuitos internacionais. Fora as vantagens domésticas já estabelecidas, ocorreu também o acordo de Parceria Econômica Regional Abrangente (em inglês, RCEP) e a formação de uma *joint venture* entre o PBOC e a SWIFT, iniciativas que forneceram uma base consistente para o seu lançamento internacional (Caudevilla; Kim, 2022, p. 3). Aqui, vale destacar que o RCEP é o primeiro acordo conjunto entre China, Japão e Coreia do Sul, visto como um passo para a recuperação econômica, criação de empregos e resiliência das cadeias de suprimento durante a pandemia de COVID-19. Por isso, o acordo marca a entrada chinesa em um pacto multilateral dessa escala, com Beijing se alinhando à estratégia de “dupla circulação” ao equilibrar a demanda interna e a expansão externa (Caudevilla; Kim, 2022, p. 15).

De modo complementar, Cheng (2024, p. 5) ressalta que a introdução do yuan digital reflete o esforço do governo chinês em modernizar ainda mais o sistema de pagamentos, permitindo que mais indivíduos e empresas realizem transações diretamente com o banco central⁷, reduzindo a dependência de sistemas de compensação operados por bancos comerciais ou processadores privados. Nota-se que, para evitar uma interpretação excessivamente categórica, é importante observar que o e-CNY, enquanto ativo, permanece sob responsabilidade direta do governo chinês sob a figura do banco central, ainda que a

⁶ Segundo Yefremov (2021, p. 6), é esperado que esse anonimato seja controlado de maneira que possibilite a ocultação do nome real aos contratantes, embora as contas online tenham de ser registradas com o nome verdadeiro. Além disso, não é deixado claro se a informação privada do cliente será acessível aos intermediários comerciais, o que pode implicar em restrições aos cidadãos chineses.

⁷ Um exemplo são as transações peer-to-peer (P2P) através do “pagamento duplamente offline”, em que a transação pode ser concluída desde que o celular esteja ligado, sem a necessidade de conectividade com internet ou telecomunicações. Chen e Nesterov (2023, p. 127-128) pontuam que esse é um ponto de conveniência onde o e-CNY supera o WeChat e o Alipay, contrastando até mesmo com outras moedas digitais.

infraestrutura operacional continue a utilizar bancos comerciais como distribuidores (Zixi Li, 2025, p. 2).

Portanto, a redução da intermediação não implica em exclusão. Estruturado em uma arquitetura de dois níveis, o sistema do yuan digital (e-CNY) foi projetado para operar em duas camadas de responsabilidade. Na primeira, o Banco Popular da China atua como emissor da moeda digital, controlando sua emissão e descarte, gerindo a infraestrutura de conexão entre instituições e supervisionando o ecossistema das carteiras digitais, de modo a garantir estabilidade e supervisão. Na segunda, estão os bancos comerciais autorizados e demais instituições com capacidade tecnológica e financeira para operar como distribuidores, com oferta de serviços de câmbio e disponibilização de carteiras digitais para os usuários (Bank for International Settlements, 2022, p. 2).

Em suma, ainda que o Estado chinês não detenha privilégio exclusivo na corrida global das CBDC, pode-se observar que o yuan digital tem alcançado os resultados mais expressivos em termos de adoção e volume transacional, contando com mais de cem milhões de usuários e operações bilionárias em yuan (Cheng, 2024, p. 5). Mesmo em 2022, durante os Jogos Olímpicos de Inverno de Beijing, quando a China disponibilizou o yuan digital para a primeira experiência prática internacional, o êxito do teste se mostrou evidente nos resultados: mais de dois milhões de yuans foram movimentados em pagamentos, com usuários recorrendo mais ao e-CNY do que à tradicional Visa (Caudevilla; Kim, 2022, p. 12).

Em resumo, para além da internacionalização da moeda chinesa, Taylor (2023, p. 30) sintetiza os principais objetivos do yuan digital em redução da dependência do dólar americano, promoção da inclusão financeira por meio da digitalização e fortalecimento do controle do PBOC sobre a oferta e circulação da moeda. Em primeiro momento, é certo que os efeitos do e-CNY se concentram no cenário doméstico por meio da eliminação de barreiras tarifárias e da criação de uma infraestrutura unificada, o que contribui igualmente para a maior inclusão financeira de sua população (Cheng, 2024, p. 3).

Sob essa perspectiva, a modernização do sistema monetário doméstico e a internacionalização do yuan devem ser analisadas como metas complementares. Para construir confiança na moeda e na infraestrutura chinesa de pagamentos, o governo tem sido atencioso à criação das condições necessárias para a ampliação do e-CNY em operações além-fronteiras. Tais objetivos se mostram imprescindíveis para uma posição de maior destaque internacional para a China, pois, ao comparar com a dimensão do poder econômico do país com a inserção internacional de sua moeda, observa-se que o yuan não acompanha a performance do país no sistema financeiro global (Billota, 2021, p. 3). E, considerando que

moeda e finanças internacionais se tornaram um dos principais instrumentos de projeção de poder na contemporaneidade, as grandes potências recorrem a diferentes estratégias e mecanismos para tornar a sua moeda nacional em uma moeda global, o que, conseqüentemente, fortalece seu peso na arena mundial (Karimipour, 2024, p. 73).

Isto posto, entende-se que a estratégia chinesa depende de canais capazes de conectar a infraestrutura financeira doméstica aos mercados internacionais, razão pela qual Hong Kong assume centralidade na expansão do e-CNY. Diante disso, não é surpreendente que o território continental tenha aproveitado o aumento da dependência comercial de Hong Kong para instrumentalizar o território como plataforma de seus objetivos geoeconômicos. Como observa Lu (2024, p. 11), o tradicional status de Hong Kong como porta de entrada para a China foi gradualmente redefinido pelo contínuo desenvolvimento dos portos continentais, o que intensificou sua integração à dinâmica econômica chinesa. Um exemplo claro desse processo é a crescente listagem de empresas do continente — especialmente aquelas de base tecnológica — no mercado de valores mobiliários de Hong Kong, reforçando sua função como elo “China-mundo”.

Em suma, considerando o peso que a China possui sobre o mercado global, as vantagens oferecidas pela CBDC em pagamentos transfronteiriços atuam como incentivo à sua implementação. Como destacado por Bansal e Singh (2022, p. 15-16), a redução de intermediários diminui substancialmente os custos de transação, enquanto a liquidação em tempo real se desfaz de várias etapas de comunicação almejando o aumento da eficiência de operações. Além disso, a criação de uma infraestrutura digital escalável, com capacidade de atuar sobre plataformas já consolidadas como Alipay e WeChat Pay, promove a redução de barreiras operacionais, o que torna o yuan digital um meio de pagamento altamente atrativo para o comércio internacional chinês (Bansal; Singh, 2022, p. 16-17).

Não obstante os avanços alcançados, a ampla adoção do e-CNY ainda constitui um desafio. Em 2023, por exemplo, apenas 20% da população chinesa havia utilizado a moeda digital, enquanto outros aplicativos de pagamento consolidados, como o Alipay, permaneciam predominantes no mercado (Taylor, 2023, p. 30). Em conjunto, esses provedores privados concentravam cerca de 92% das transações móveis em 2021 (Billota, 2021, p. 2), evidenciando a forte dependência dos usuários em relação a plataformas já estabelecidas.

Dessa forma, conforme observado por Taylor (2023, p. 30), apesar das vantagens oferecidas, como a ausência de taxas para lojistas, a possibilidade de realizar transações *offline* e o respaldo direto do Banco Popular da China, esta CBDC ainda não conseguiu se estabelecer como o meio preferencial de pagamentos na China. De acordo com Zeng e Lau

(2025, p. 12), a ampliação de sua adoção depende não só de evolução tecnológica, mas também da reformulação de hábitos dos usuários, da construção de novos mecanismos de confiança e do alinhamento no desenho institucional às práticas econômicas em voga.

Além disso, questões como atividades fraudulentas, incompatibilidade entre dispositivos e desafios na gestão de liquidez para bancos e provedores de serviços de pagamento seguem sendo um risco (Li, 2025, p. 3). Portanto, o aperfeiçoamento de recursos de combate é uma medida obrigatória para o Estado chinês. Para isso, há uma discussão sobre o uso de Tecnologia de Registros Distribuídos (em inglês, DLT) como ferramenta para as CBDCs, que exigem segurança operacional e mecanismo de armazenamento resiliente — a DLT identifica tentativas de alteração em transações (*tamper-evident*) e elimina intermediários (Arner *et al.*, 2020, p. 47). Todavia, sua aplicação em larga escala ainda enfrenta limitações relacionadas ao desempenho em alto nível, à proteção de dados e à privacidade, além de outros obstáculos significativos para a implementação adequada de uma moeda digital⁸.

Nesse contexto, o uso de tecnologias como *blockchain* e inteligência artificial integrada surgem como uma alternativa para o aumento de segurança em transações financeiras, como observado no *Digital Yuan Cross Border Pilot* (DYCBP). Este projeto, desenvolvido em parceria com os bancos centrais de Hong Kong, Emirados Árabes Unidos e Tailândia, tem como objetivo simplificar pagamentos fronteiriços, reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência das transações, ao mesmo tempo em que se coloca em conformidade com as regulamentações financeiras internacionais (Du, 2025, p. 2-3).

Em paralelo, a promoção do uso seguro do e-CNY é reforçada por meio de mecanismos de rastreabilidade, cujo foco é funcionar como recurso contra lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo (Zeng; Lau, 2025, p. 4). Soma-se a isso o maior respaldo jurídico oferecido pelo governo chinês, proprietário da moeda digital, em comparação aos sistemas privados de pagamento — seja por cartão de crédito ou por software de pagamentos online —, além de promover uma estabilidade superior às criptomoedas em razão da emissão de certificados digitais e do seu valor estritamente atrelado à moeda física (Li, 2025, p. 3).

No entanto, Cheng (2024, p. 15-18) aponta como principal desvantagem do yuan digital a elevada centralização dos dados de transação, o que permite que o governo chinês

⁸ Em suma, Arner *et al.* (2020, p. 47-48) observam que a discussão acerca do uso de DLT se divide em duas vertentes: o seu uso apenas em sistemas token-based e o não-uso em sistemas account-based, que podem se valer mais de uma infraestrutura convencional e centralizada ao invés de blockchain. Ou seja, nem todas as moedas digitais oficiais precisam de blockchain.

tenha acesso direto às informações financeiras em nível nacional e individual. Essa consolidação do controle estatal tem potencial para reduzir ou até mesmo eliminar a dependência de empresas privadas como AliPay e WeChat Pay, de modo que o domínio sobre os dados financeiros submete toda a atividade econômica do país à vigilância do Partido Comunista Chinês (em inglês, CCP), o que gera um paradoxo de anonimato.

No entanto, quando se acompanha a internacionalização da moeda, a relevância geopolítica da China se mede, também, pela quantidade de yuan digital adotada por empresas internacionais e outros países. Nesse sentido, o controle rigoroso de capitais surge como a maior limitação à expansão global de sua moeda (Cheng, 2024, p. 10). Tal comportamento tem raízes históricas, uma vez que o período de 2000 a 2014 foi marcado por forte intervenção do PBOC sobre a economia do país, então centrada em exportações e na acumulação intensa de reservas cambiais — ainda que alguma flexibilidade tenha sido alcançada em 2005, quando Beijing substituiu a rígida taxa fixa por um sistema de flutuação controlada (Raffellini, 2025, p. 3).

2. Hong Kong como laboratório financeiro: estrutura, regulação e projeção

Constando em terceira posição geral no Índice de Centros Financeiros Globais (em inglês, GFCI), Hong Kong é considerada o centro financeiro mais competitivo da Ásia, atrás apenas de Nova Iorque e Londres (Z/Yen Group, 2025, s.p.). Esse desempenho resulta de uma combinação de fatores estruturais e institucionais. Yang e Zhang (2025, p. 2) destacam que, entre eles, estão: a localização geográfica e política privilegiada, que estabelece uma ponte entre Oriente e Ocidente; o sistema jurídico sólido, herdado de seu passado colonial (*common law* britânica); um ambiente de negócios com vantagens tributárias; uma infraestrutura de padrão internacional; e uma força de trabalho altamente qualificada.

Nesse contexto, a consolidação de uma estrutura legal robusta, o aprimoramento de suas regras e regulamentos e a modernização de sua base industrial foram elementos-chave para a projeção internacional de Hong Kong (Lu, 2024, p. 8). Pode-se dizer que esse constante movimento por melhorias em seu arcabouço financeiro contribuiu para que, pela nona vez desde 2015, Hong Kong se estabelecesse como o maior centro para a organização da emissão de títulos internacionais asiáticos (Hong Kong Monetary Authority, [s.d.]a, s.p.).

Comparado a outros centros – como Tóquio, Londres e Cingapura –, o território apresenta similaridades interessantes, como o suporte governamental e reformas regulatórias, ainda que haja diferenças relevantes relacionadas ao seu histórico institucional e ao tamanho de seus mercados (Lu, 2024, p. 10). No entanto, é válido destacar que esse suporte não parte apenas do governo local, mas também do Governo Central. No 14º Plano Quinquenal⁹, Beijing definiu como prioridade o fortalecimento da posição de Hong Kong como centro financeiro internacional, tanto para ampliar o seu papel em relação ao mercado *offshore* quanto para aprofundar a interconexão entre os mercados financeiros da China continental e de Hong Kong (Wei, 2024, p. 22).

Como resultado, Hong Kong favoreceu um ambiente dotado de elevados níveis de estabilidade, transparência e previsibilidade, somadas ao livre fluxo de capitais e ecossistema financeiro altamente líquido e conectado — favorável ao desenvolvimento de *fintechs*, inclusive (Yang; Zhang, 2025, p. 7-8). Essas características institucionais, asseguradas pela autonomia da HKSAR, proporcionaram aos investidores estrangeiros e chineses uma

⁹ O 14º Plano Quinquenal, documento oficial do governo chinês que abrange os anos de 2021 a 2025, enfatiza a modernização industrial por meio da digitalização acelerada em conjunto com reformas de mercado. Além disso, o plano destina maior atenção à sustentabilidade financeira dos investimentos externos através do monitoramento de ativos e passivos, o aprimoramento de um sistema de supervisão da dívida externa em grande escala e a construção de um sistema de proteção de interesses no exterior (United Nations Development Programme, 2021, p. 2-3).

alternativa conveniente às restrições da estrutura institucional e econômica do continente (Zenglein, 2020, s.p.).

Assim, a proximidade com o continente potencializou a atratividade de Hong Kong para investidores estrangeiros, que encontraram mais acesso a uma economia gigante e em rápida expansão (Yang; Zhang, 2025, p. 7). Para isso, pode-se notar que as medidas administrativas adotadas na década de 2000 contribuíram para a gradual liberalização da conta de capitais da China para fluxos de portfólio a partir da HKSAR. Entre elas: a autorização para que empresas de gestão de ativos do continente estabelecessem subsidiárias em Hong Kong, reforçando a integração entre ambas as economias (Leung; Unterobderdoerster, 2008, p. 17).

Esse processo foi acompanhado pela estruturação de um sistema financeiro amplo e sofisticado. Composto por três categorias principais, o sistema financeiro de Hong Kong se organiza da seguinte forma: (i) instituições bancárias, formadas por bancos internacionais com expressiva participação estrangeira; (ii) instituições financeiras não bancárias, formadas por companhias de seguros, empresas de truste, companhias de leasing, fundos, corretores de câmbio, negociadores internacionais de ouro, firmas de consultoria, consultores de investimento e corretores; e (iii) sólida infraestrutura de bolsa e mercados de ações, títulos, câmbio e ouro (Lu, 2024, p. 3). Essa ampla rede de instituições facilita a colaboração e a troca de *expertise*, o que favorece estabilidade, acessibilidade e comunicação (Wei, 2024, p. 28).

Isto posto, observa-se que os bancos assumem papel central, uma vez que figuram entre os principais canais para captação de recursos na Ásia. Logo, a qualidade do sistema bancário se torna essencial para assegurar uma variedade de produtos e serviços, bem como reforçar o papel central de Hong Kong na região — o território é o maior polo bancário na Ásia para bancos chineses e estrangeiros. Dessa forma, a Autoridade Monetária de Hong Kong (em inglês, HKMA) afirma que tem destinado esforços às iniciativas de Smart Banking¹⁰, impulsionada pelo rápido progresso tecnológico, para modernizar os seus serviços financeiros e ampliar a sua competitividade global (Hong Kong Monetary Authority, [s.d.], s.p.).

Além do sistema bancário, a Bolsa de Valores de Hong Kong (em inglês, HKEX) e o mercado de capitais desempenham um papel estratégico na internacionalização das finanças

¹⁰ A HONG KONG MONETARY AUTHORITY (2024a, s.p.) anunciou, em 2017, uma série de iniciativas destinadas a preparar o território semi-autônomo para a entrada na era do Smart Banking. Voltadas para elevar o nível do setor bancário e ampliar as oportunidades de convergência, qualidade de produtos e serviços, essas medidas incluem: estabelecimento de uma conectividade total por meio do FPS, o aprimoramento de infraestrutura regulatória, o desenvolvimento de interfaces, o fortalecimento da cooperação transfronteiriça em *fintech*, entre outras medidas.

chinesas. Desde 1986, nove das dez maiores ofertas públicas iniciais (em inglês, IPO) são de companhias chinesas, evidenciando a importância do território como canal financeiro estratégico — aproximadamente 60% do investimento externo oriundo da China continental já foi direcionado por meio de Hong Kong (Deutsche Welle, 2019, s.p.).

Em 2017, os números já refletiam esse padrão com a captação de US\$47 bilhões de ações por empresas da China continental, enquanto companhias no mercado de Hong Kong emitiam cerca de US\$66 bilhões em títulos de dívida (Deutsche Welle, 2019, s.p.). Ainda, acrescenta-se que, em 2019, o investimento direto chinês totalizava US\$620 bilhões — montante 70% superior ao Produto Interno Bruto de Hong Kong. Contudo, apesar do volume expressivo, o rigoroso controle de capitais manteve os depósitos de yuan na região em torno de US\$100 bilhões (Deutsche Welle, 2019, s.p.).

Sob essa perspectiva, é interessante resgatar a trajetória do renminbi ao analisar tanto o yuan digital quanto a função de Hong Kong, de modo que se compreenda determinados paralelos e bases. Lousia e Rosette (2024, p. 8) argumentam que a internacionalização de uma moeda — em especial, o yuan —, depende do estabelecimento de um mercado financeiro *offshore* para negociação da moeda fora do sistema doméstico. Nesse aspecto, Hong Kong ocupa uma posição privilegiada¹¹, uma vez que desenvolve seu centro financeiro *offshore* desde a década de 1980, possibilitando maior abertura do mercado financeiro local e introdução de instituições estrangeiras do ramo. Esse processo foi aprofundado a partir de 2003, quando a autorização para que residentes locais adquirirem a moeda chinesa estabeleceu a base para a criação do mercado *offshore* de renminbi.

Conforme observam Torres e Pose (2018, p. 9), os resultados iniciais dessas medidas foram limitados. No entanto, a crise financeira global de 2008 representou um ponto de inflexão para a internacionalização monetária chinesa. Em 2009, a implementação do programa de liquidação do comércio exterior chinês em renminbi e a integração parcial do mercado *offshore* de Hong Kong ao sistema financeiro do continente impulsionaram significativamente a difusão internacional da moeda chinesa; e os resultados dessa estratégia se tornaram perceptíveis nos anos seguintes.

Segundo dados oficiais da SWIFT, em 2015 o renminbi se tornou a moeda mais utilizada na Ásia para pagamentos destinados à China e a Hong Kong, registrando um crescimento de 327% em sua participação nas transações entre China, Hong Kong e os demais

¹¹ Em consonância com os argumentos de Lousia e Rosette, a Hong Kong Monetary Authority (2026, s.p.) reafirma o papel de Hong Kong como centro global de negócios *offshore* em renminbi. Esse posicionamento favorece a maior circulação internacional da moeda e oferece suporte concreto no seu processo de internacionalização.

países asiáticos entre abril de 2012 e 2015 (Sousa, 2020, p. 19). Esse histórico, portanto, demonstra que a internacionalização do renminbi antecede o desenvolvimento do e-CNY, com um ponto em comum: ambos os planos utilizaram pesadamente a infraestrutura financeira e institucional de Hong Kong.

Ainda que, mais recentemente, tenha ocorrido uma desaceleração na participação do renminbi nas transações globais, observa-se o fortalecimento dos vínculos financeiros da China com o exterior, sobretudo por meio das operações bancárias transfronteiriças e da concessão de licenças a investidores qualificados (Robbert; Sushko; Westermann, 2026, p. 29). Com isso, amplia-se o alcance internacional da moeda chinesa, o que simultaneamente fortalece o poder monetário da China. À medida que as novas políticas e avanços na infraestrutura do mercado são implementados, espera-se que a internacionalização monetária chinesa prossiga de modo a reforçar a posição de Hong Kong como principal centro financeiro internacional (ASEAN+3 MACROECONOMIC RESEARCH OFFICE, 2025, s.p.).

Com isso, a concentração significativa de atividades financeiras da China na HKSAR reforça a função deste como *superconnector* entre o continente e o internacional, permitindo que Hong Kong incorpore características tanto *onshore* quanto *offshore* que beneficiam a fórmula OCTS. Esse arranjo é capaz de facilitar a execução das iniciativas chinesas sobre as finanças internacionais, o que inclui atividades de financiamento externo de empresas chinesas, programas de investimento transfronteiriço, liquidação de transações em múltiplas moedas e serviços financeiros avançados correlatos (Wei, 2024, p. 21-22).

Além da infraestrutura financeira e institucional, a competitividade de Hong Kong também decorre de fatores comerciais e tributários que aumentam a sua atratividade como centro financeiro internacional. Uma vez que a ausência de restrições comerciais e tarifas no comércio de Hong Kong é um forte incentivo tanto para turistas quanto para empresas internacionais, possibilita-se uma oferta de preços mais baixos aos consumidores com o mesmo lucro ou até superior após a tributação (Lousia e Rosette, 2024, p. 8). Um exemplo disso foi a valorização internacional do ouro no início de 2024, o que impulsionou a popularidade do mercado áureo de Hong Kong. Devido à sua política de baixa tributação e às vantagens cambiais, investidores da China continental voltaram a atenção para os preços competitivos da região (Lu, 2024, p. 3).

Os efeitos desse ambiente favorável se refletem igualmente na percepção do setor privado internacional. De acordo com as estatísticas apontadas em uma coletiva de imprensa por Lin Jian, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, 86% das empresas

norte-americanas participantes da Pesquisa de Sentimento Empresarial 2026 consideram Hong Kong um centro de negócios internacional competitivo; 92% não planejam transferir suas sedes para fora da cidade; e 94% expressaram confiança no Estado de Direito local (Observatório da China, 2026, s.p.). Tais estatísticas, segundo Lin, demonstram uma crescente confiança das empresas norte-americanas nas projeções e no ambiente de negócios de Hong Kong.

Logo, a confiança internacional depositada em Hong Kong se reflete, em certa medida, na sua capacidade de atrair investimentos e servir como plataforma para inovação tecnológica chinesa. Empresas continentais de tecnologia, como a Yunji Technology, desenvolvedora de robôs integrados à inteligência artificial, direcionam investimentos pesados ao mercado de honconguês. Segundo Xie Yunpeng, vice-presidente da companhia, a região constitui um campo de testes ideal para a implementação de tecnologias de ponta, em razão do seu ecossistema de inovação aberto e inclusivo e da sua capacidade de conectar tais empresas à comunidade internacional (Hong Kong Trade Development Council, 2025, s.p.).

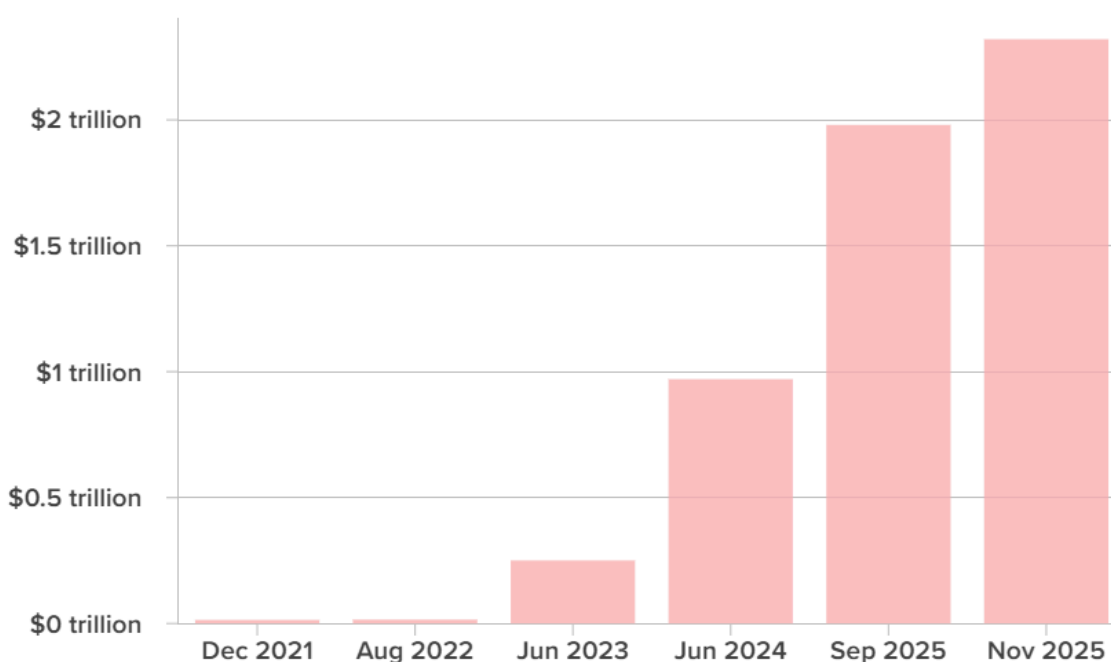
No entanto, a posição estratégica de Hong Kong não está imune às questões decorrentes da atuação do próprio governo chinês e do cenário geopolítico contemporâneo, ainda que o seu histórico relacional com o mercado internacional seja, em grande medida, positivo. Assim, o impacto do comportamento contraditório de Beijing sobre a confiança pública não deve ser menosprezada, nem os efeitos da competição com os Estados Unidos na formulação de suas políticas. Embora o governo valorize o dinamismo, a insistência no controle geral por meio de repressões e da falta de proteção sistemática compromete o desenvolvimento econômico nacional, o que gera instabilidade e diretrizes excessivamente rígidas para as empresas (Asia Society Policy Institute, 2025, p. 4). Desse modo, ao buscar expansão, a China ainda enfrenta alianças, sanções e tarifas impostas por Washington, tornando a competição entre os dois países um elemento não mais episódico, mas estrutural da economia internacional (Asia Society Policy Institute, 2025, p. 5).

Somado a isso, essas pressões externas se tornam ainda mais relevantes em razão da própria posição de Hong Kong como *superconnector*. Sua forte integração aos mercados globais acarreta em vulnerabilidades frente às tensões geopolíticas e geoeconômicas — especialmente na rivalidade China-EUA —, além dos riscos associados ao ciclo global de tecnologia, o que impacta diretamente um território altamente integrado ao internacional (ASEAN+3 MACROECONOMIC RESEARCH OFFICE, 2025, s.p.). A médio e longo prazo, acrescenta-se desafios estruturais, como o envelhecimento populacional e o aprofundamento

da fragmentação geoeconômica, fatores com potencial de influenciar a competitividade do território (ASEAN+3 MACROECONOMIC RESEARCH OFFICE, 2025, s.p.).

Apesar disso, esses desafios ainda não afastaram Hong Kong de sua posição estratégica no sistema. A cidade permanece reconhecida como um dos principais tomadores de decisão na alocação de capital mundial. Ao preservar a relevância e centralidade no eixo das finanças da Ásia-Pacífico, sua comunidade financeira consolida o território como um dos pilares fundamentais do mercado financeiro global apoiado, sobretudo, na rede internacional de empresas ali já estabelecida (Wei, 2024, p. 25). Desse modo, sua trajetória institucional, financeira e regulatória reforça o papel de Hong Kong como laboratório de inovação financeira e principal ponte para a projeção internacional.

Figura 2 - Volume de transações acumuladas do e-CNY entre 2021 e 2025



Fonte: Atlantic Council (2025, s.p.), com dados do Banco Popular da China.

Conforme observado no gráfico, nota-se como, apesar das baixas expectativas iniciais dos *policymakers*, o yuan digital gradualmente se tornou o maior experimento de CBDC do mundo ao crescer mais de 800% desde 2023, com valor acumulado de transações ultrapassando 2,3 trilhões de dólares até o fim de 2025 (Atlantic Council, 2026, s.p.). Apenas no negócio *offshore* de RMB, Hong Kong segue na liderança com depósitos acumulando

cerca de 1,8 trilhões de yuans somente em 2024 — o que representa 43% do total (Zou, 2026, p. 236).

Nesse contexto, o estreitamento de laços entre o PBOC e a HKMA, em 2020, para testagem do e-CNY, explicita o papel estratégico de Hong Kong na internacionalização da moeda chinesa (física e digital). Considerando o uso já consolidado do renminbi na HKSAR e a natureza prática do yuan digital, o progresso do e-CNY para além das fronteiras oferece maior conveniência tanto para turistas quanto para residentes (Yue, 2020). Avanços relacionados ao além-fronteira podem ser visualizados na ação de 2024, quando a primeira conexão mundial entre um sistema de pagamentos rápidos e o sistema de CBDC é realizada. Tal integração ocorreu através da interoperabilidade entre o FPS, operado pela HKMA, e o e-CNY, operado pelo Instituto da Moeda Digital (em inglês, DCI) do Banco Popular da China (Hong Kong Monetary Authority, 2024b, s.p.).

Inserida no conjunto de seis medidas da iniciativa “três conexões, três facilidades”, promovida pelo PBOC, a expansão do projeto-piloto transfronteiriço do e-CNY em Hong Kong permitiu que usuários configurem carteiras pessoais vinculadas a números de telefone locais, viabilizando pagamentos transfronteiriços (Hong Kong Monetary Authority, 2024b, s.p.).

Em comunicado de imprensa, o governo de Hong Kong ainda pontuou que a infraestrutura de seu mercado financeiro segue em processo de remodelamento. À medida que projetos como a *Multiple CBDC Bridge (mBridge)* avançam, os mecanismos de transações são continuamente revisados para otimização e aprimoramento das funções da plataforma, visando reduzir o custo dos pagamentos além-fronteira (Hong Kong, 2025, s.p.). Como reflexo desse esforço conjunto entre o PBOC e a HKMA, o número de comerciantes locais de varejo a aceitar o e-CNY saltou de cerca de 300 para 5.200, abrangendo setores diversos como hotéis, restaurantes, supermercados, lojas de conveniência, agência de viagens e redes de lojas de varejo (Hong Kong, 2026, s.p.).

Diante desses movimentos, veículos privados como a KuCoin (2026, s.p.) interpretam a elevação estratégica do e-CNY como uma manobra de impacto direto sobre Hong Kong. Inicialmente concebido como um M0 — substituto do dinheiro físico em circulação —, o e-CNY não rendia juros e não era incluído nos balanços dos bancos comerciais. Stojanovic e McEvoy (2026, p. 17) observam que essa classificação gerava incentivos fracos, pois os bancos arcavam com os custos operacionais sem possuir ativos correspondentes, o que reduzia a atratividade do yuan digital para os usuários.

No entanto, com a recente mudança do PBOC, a aplicação de juros sobre o yuan digital transforma a maneira com que os usuários podem se comportar financeiramente: de um simples canal de pagamento, o e-CNY passa a ser ativo estratégico capaz de influenciar a retenção de fundos transfronteiriços e de conferir vantagem de estoque em relação à vantagem de fluxo. No *mBridge*, por exemplo, 95% das transações são realizadas em yuan digital, o que pode conferir uma vantagem de estoque interessante em relação à vantagem de fluxo (KuCoin, 2026, s.p.).

Assim, o e-CNY deixa de ser mero “dinheiro digital” e é convertido em “dinheiro de depósito digital”, passando a ser coberto pelo sistema de seguro de depósitos da China e se tornando um passivo dos bancos comerciais, e não do PBOC (Stojanovic; McEvoy, 2026, p. 17). Isso rompe com o “cumprimento passivo de responsabilidades” pelos bancos comerciais e favorece uma gestão ativa, o que cria um mecanismo sustentável de promoção no mercado ao integrar o yuan digital ao quadro tradicional de criação e regulação monetária (KuCoin, 2026, s.p.).

Com isso, a mudança na forma com que se gere e classifica o e-CNY dá continuidade à estratégia de cooperação diferenciada entre o yuan digital e o HKD digital de Hong Kong, ampliando a sua função de laboratório financeiro (KuCoin, 2026, s.p.).

Ademais, outros aprimoramentos técnicos seguem em andamento. Zou (2026, p. 234) explana que, ao fazer uso da liquidação em milissegundos, bem como da tecnologia de registros distribuídos e da supervisão regulatória abrangente, Hong Kong — enquanto *hub offshore* do yuan digital — consegue o aumento da eficiência de pagamentos transfronteiriços em mais de 60%, com a redução dos custos de liquidação em 35% e a manutenção de uma taxa de falha de transações abaixo de 0,03%, com uma precisão de 98,7% na identificação de riscos.

3. Os caminhos da internacionalização

Para que a projeção de um país ocorra na economia política internacional, é imprescindível traçar um plano bem definido e assegurar os recursos necessários à sua execução. Nesse sentido, ainda que a interpretação dos movimentos orientadores do projeto de internacionalização chinesa possa abranger abordagens distintas — como a liberal ou o realismo defensivo —, há certa valia em observar as ambições de Beijing sobre a arquitetura financeira mundial à luz do estruturalismo de Susan Strange (Sousa, 2020, p. 7). Ao estabelecer que a determinação das estruturas da economia política global — instituições, empresas e capital humano —, permite-se que o Estado remodelador estabeleça “como as coisas devem ser feitas” (Strange, 1994, p. 24-25), definindo quem pode usufruir dessas estruturas e quais delas estão disponíveis.

Por conseguinte, entende-se que a vontade de internacionalizar não basta. É fundamental a existência de empresas, agentes públicos e mecanismos institucionais capazes de formar um mercado ativo e líquido (Torres; Pose, 2018, p. 6). Logo, Mirfazli e Shafiee (2026, p. 2) entendem que o título de moeda internacional exige não apenas apoio contínuo do Estado emissor com fundamentos econômicos, mas também da credibilidade e da confiança conferida pelos mercados financeiros globais. Para isso, o estabelecimento de condições como transparência, estabilidade de preços de longo prazo, baixa inflação, sistemas de pagamento seguros e mitigação dos riscos de fraude e falsificação são essenciais para a construção da confiança (Mirfazli; Shafiee, 2026, p. 2). Assim, a formulação de instrumentos técnicos, institucionais e financeiros se mostra um caminho necessário para sustentar as ambições chinesas.

Uma ação que exemplifica esse processo é a criação do Instituto de Pesquisa em Moeda Digital pelo Banco Popular da China, em 2017. Com a participação de bancos comerciais e outras instituições, reunidas para conduzir pesquisas conjuntas em prol do desenvolvimento do sistema do yuan digital, formou-se a base tecnológica e institucional necessária para a implementação do e-CNY (Danilova; Maslov, 2024, p. 90).

Essa preocupação com estruturas não se trata de uma cautela superficial, mas de uma profunda compreensão de que “quaisquer ações de cunho monetário encontram entraves formidáveis pelo poder estrutural do dólar”, pois o atendimento das necessidades básicas sistêmicas são definidas por aqueles que detêm poder estrutural (Boaventura; Moraes; Conti, 2023, p. 8). Além disso, há um momento histórico que redefiniu o modo de agir de Beijing: após o ataque especulativo de 2015 — quando o *Federal Reserve* elevou as taxas de juros nos Estados Unidos, provocando a saída de capitais na China por meio da venda de ativos em

yuan —, quase 1 trilhão de dólares deixou a economia chinesa em 2016. Isso forçou Beijing a adotar um rigoroso controle de capitais, como a imposição de um limite anual de 100 mil yuans para saques em dinheiro em caixas eletrônicos (Zeidan, 2024, s.p.).

Tal experiência evidenciou os riscos associados à abertura do capital e das finanças, induzindo uma postura mais cautelosa em Beijing. Ainda que haja um esforço visível por parte da China, a implementação das condições necessárias para a expansão monetária internacional segue condicionada a desafios estruturais do próprio modelo financeiro nacional. No âmbito doméstico, a política de forte controle e restrições sobre a entrada e saída de fluxos financeiros internacionais reflete a insistência do Estado chinês em proteger o seu sistema bancário (Torres; Pose, 2018, p. 11). Além disso, outros restritores estruturais limitam a internacionalização plena do yuan, como a desvalorização da moeda e os regimes regulatórios pouco transparentes (Mirfazli; Shafiee, 2025, p. 14). Soma-se a isso a adoção de um regime de câmbio flutuante administrado (*dirty float*), utilizado como mecanismo de proteção ao sistema bancário chinês, mas que permanece como um elemento gerador de desconfiança.

Logo, a internacionalização do yuan se desdobra de forma gradual, uma vez que depende da estabilidade dos mercados domésticos — estes, suscetíveis aos agentes de Wall Street (Sousa, 2020, p. 1). Com isso, é possível que o foco do governo tenha sido aplicado de outra maneira: em vez de perseguir a ambição de criar uma alternativa global ao sistema do dólar, o país passou a promover o yuan quase exclusivamente por meio do comércio (Zeidan, 2024, s.p.). Ao explorar regiões fronteiriças e com intensa atividade turística — como Hong Kong, Macau, Laos, Tailândia, Camboja e Singapura —, o país opera em nível de teste no setor varejista ao mesmo tempo em que, no setor atacadista, foca em plataformas que facilitem a liquidação direta entre moedas digitais de bancos centrais (Atlantic Council, 2026, s.p.).

Nesse cenário de reorientação estratégica, os projetos de plataformas multimoedas deixaram de ser meros experimentos técnicos e passaram a configurar processos de construção voltados para o estabelecimento de novos padrões de governança e de coalizões geopolíticas (Duran, 2026, s.p.). Essa percepção de mudança estrutural é reforçada pela análise de Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (em inglês, IMF), que afirma: “Quando aliados e adversários buscam alternativas aos sistemas dependentes do dólar, isso sinaliza uma mudança tectônica nas finanças globais” (Brazil Journal, 2026, s.p.).

A ideia é que, no futuro, surja uma infraestrutura de pagamentos internacionais reformulada pelos Estados que possuem fatores-chave como: capacidade técnica, infraestrutura de cibersegurança e recursos humanos especializados. Um indício concreto dessa mudança no campo financeiro ocorreu em 2023, quando o yuan ultrapassou o euro e assumiu o segundo lugar entre as principais moedas utilizadas nas transações via sistema SWIFT (Danilova; Maslov, 2024, p. 80). Além disso, o volume anual total de transações pelo *Cross-Border Interbank Payment System* (CIPS), infraestrutura oficial da China para compensação e liquidação de pagamentos internacionais em yuan, mais que triplicou desde 2020, subindo 43% em 2024¹² (FXCINTEL, 2025, s.p.).

Isto representa mais que uma alteração estatística. Segundo Costa (2025, s.p.), uma vez que são formadas duas redes globais em disputa geopolítica e monetário-financeira: a dominante, baseada no tradicional sistema SWIFT/Dólar, com forte presença geoeconômica no comércio internacional e de commodities, além das reservas cambiais. E a segunda com uma apresentação alternativa e emergente, formada por um conjunto de iniciativas e instituições — CIPS, *mBridge*, SPFS e INSTEX — que se propõem a serem uma via independente. É criado um horizonte de tensões e possibilidades nas quais as demais economias são influenciadas e interagem.

Nesse contexto, em vez de recorrer às transações intermediadas por bancos ocidentais e liquidadas em dólar, economias periféricas — como a brasileira — poderiam usufruir de outros caminhos. Como exemplifica Costa (2025, s.p.), a rede alternativa possibilitaria o pagamento internacional em e-CNY via CIPS ou a conversão da moeda original em rúpias digitais através da plataforma *mBridge*, sem dependência do sistema SWIFT/Dólar. Essa alternativa não apenas fortaleceria a autonomia financeira de regiões pouco privilegiadas pela rede dominante, como diminuiria a capacidade unilateral de retaliações do Ocidente — expressadas, com frequência, através das sanções norte-americanas.

Nessa estratégia, o *Multiple CBDC Bridge* ocupa uma posição de extrema relevância. Criado para suprir a lacuna de uma infraestrutura internacional de pagamentos baseada em CBDC, o projeto explora a capacidade dos Estados de estabelecer um mecanismo multilateral de cooperação para pagamentos transfronteiriços (Instituto Monetário Internacional, 2024,

¹² Para fins de comparação, em 2021 o CIPS reuniu 1.190 participantes e registrou transações acumuladas de US\$7,1 trilhões (Monitor Mercantil, 2022, s.p.). Três anos depois, o sistema já havia alcançado US\$17,25 trilhões em operações, conectando 110 países e mais de 4.400 instituições bancárias (Danilova; Maslov, 2024, p. 91). Dados mais recentes indicam um salto expressivo: US\$178,5 trilhões processados em 42 mil transações (Ma, 2026, s.p.), com cerca de 5 mil instituições financeiras participantes distribuídas por 190 países e regiões (Site Brics Brasil, 2026, s.p.). O desempenho chinês se revela, portanto, de forma gradual e consistente, apontando para um papel cada vez mais significativo da China na arquitetura financeira mundial.

s.p.). Classificada como a plataforma de operações transnacionais mais avançada do mundo (Carvalho; Gabriel, 2025, p. 4), o mBridge foi desenvolvido permitir a liquidação instantânea de diferentes moedas digitais de bancos centrais em uma única rede. Concebido em 2017 como uma iniciativa entre o Banco da Tailândia e a Autoridade Monetária de Hong Kong, o projeto foi posteriormente ampliado com a adesão dos bancos centrais da China e dos Emirados Árabes Unidos, além do Centro de Inovação do Banco de Compensações Internacionais (em inglês, BIS) em Hong Kong (Danilova; Maslov, 2024, p. 85).

Diferentemente das estruturas tradicionais, o mBridge não utiliza o dólar nem o sistema SWIFT em suas transações, o que tem gerado preocupação entre as economias ocidentais (Danilova; Maslov, 2024, p. 80-81). Ao oferecer uma infraestrutura comum para pagamentos internacionais, a plataforma amplia as possibilidades de participação de economias menores e sistemas financeiros menos desenvolvidos, o que fortalece a inclusão financeira, a governança e equidade nos pagamentos (Instituto Monetário Internacional, 2024, s.p.). Com isso, a redução da dependência de infraestruturas externas favorece uma maior autonomia financeira aos Estados, tornando as CBDCs e as redes regionais de pagamento um caminho para o seu reposicionamento na hierarquia monetária internacional — especialmente para países asiáticos cuja soberania monetária efetiva permanece limitada (Zeng; Lau, 2025, p. 3)

Assim, se no plano externo projetos como o mBridge destacam o esforço na construção de uma arquitetura financeira alternativa, sua execução está diretamente atrelada ao elevado grau de coordenação institucional no plano doméstico. Pois, uma estratégia de internacionalização monetária não se apoia somente em inovação tecnológica ou cooperação multilateral, mas também na articulação entre Estado e sistema financeiro nacional (Burlamaqui, 2015, p. 7). Nesse contexto, as relações entre o público e o privado são particularmente relevantes para a estratégia nacional. Por exemplo, a China Everbright Bank (CEB), um dos principais bancos comerciais de capital misto do país, demonstra seu alinhamento às políticas financeiras nacionais ao expandir a sua atuação em regiões estratégicas, como Beijing-Tianjin-Hebei, o Delta do Rio Yangtze, o Cinturão Econômico do Rio Yangtze, a Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau e a Região Autônoma de Xinjiang Uygur (China Everbright Bank Company Limited, 2026, p. 27).

Esta articulação coordenada entre bancos e governo viabiliza a conversão da força institucional doméstica pela China, que utiliza a rede de influência externa para modelar novos padrões de governança (Cintra; Silva Filho; Pinto, 2015, p. 425-426). Nisso, se o CIPS representa o aspecto compensatório e de liquidação chinesa, com apoio estratégico de bancos

nacionais de grande porte, como a *China Everbright Bank*, o *mBridge* materializa a fronteira tecnológica dessa empreitada, funcionando sob “trilhos digitais” para contornar pontos de estrangulamento das redes tradicionais de influência ocidental (Raffelini, 2025, p. 1).

Entretanto, para que uma iniciativa de tamanho alcance adquirisse credibilidade internacional, tornou-se fundamental o respaldo de instituições multilaterais já consolidadas. Nesse arranjo, a participação do BIS conferiu legitimidade técnica e institucional à iniciativa. Enquanto organização voltada para estimular a estabilidade financeira e monetária por meio da cooperação entre diferentes bancos, o BIS se apresenta como um “banco dos bancos centrais” e adota um discurso de neutralidade como expressão de seu posicionamento institucional (Bank for International Settlements, 2025, p. 12). Tal respaldo favoreceu o estabelecimento do *mBridge* não só como uma das principais iniciativas chinesas de cooperação internacional, mas também como a experiência mais avançada de interoperabilidade entre CBDCs.

Por conseguinte, a proporção do projeto se fez clara por meio de números: dados recentes indicam a superação da marca dos US\$55 bilhões no volume de transações do *mBridge* — um crescimento de 2.500 vezes em comparação aos projetos-piloto do início de 2022. Além disso, o yuan correspondeu a mais de 95% do volume total liquidado na plataforma (Duran, 2026, s.p.). Nesse quadro, o status especial de Hong Kong surge como responsável por notáveis progressos: cerca de 20 bancos comerciais participaram dos testes do *mBridge*, depositando aproximadamente HK\$93 milhões na plataforma — montante que viabilizou 160 pagamentos transfronteiriços e transações comerciais, alcançando um total de HK\$171 milhões. Através desses números, Danilova e Maslov (2024, p. 87) endossam o papel de HKSAR como laboratório institucional da China em projetos internacionais que requerem integração entre diferentes sistemas jurídicos, regulatórios e financeiros.

Entretanto, a trajetória do *mBridge* também demonstra como projetos de infraestrutura financeira internacional dificilmente permanecem alheios às disputas geopolíticas em curso. Em 2024, o BIS anunciou a sua decisão de retirada da iniciativa sob o argumento de que o projeto havia alcançado maturidade técnica suficiente para prosseguir de forma independente. Coincidentemente, essa decisão ocorreu em um mesmo espaço de tempo em que o antigo dirigente manifestou a possibilidade de um “*BRICS Bridge*”, interpretado como uma via passível de uso pela Rússia para contornar sanções internacionais, o que conferiu grave conotação geopolítica à instituição autodeclarada neutra e implicou em uma atmosfera de tensões em torno de sua atuação (Duran, 2026, s.p.).

Contudo, as repercussões decorrentes da saída do BIS não interromperam o progresso da iniciativa. Apesar da saída do seu “arquiteto” e impulsionador, o *mBridge* prosseguiu e aprimorou outras dimensões de funcionamento. Do ponto de vista técnico, a aplicação de tecnologia blockchain¹³ na plataforma *mBridge* permite simplificar as operações de gestão de ativos, de modo a facilitar o acesso a um maior número de produtos de investimento — incluindo ativos tokenizados — e otimizar os pagamentos e transferências de fundos, inclusive as transações transfronteiriças, que são concluídas em um intervalo de 2 a 10 segundos (Danilova; Maslov, 2024, p. 88). Além disso, o custo do projeto equivale a quase metade do custo do modelo bancário de agência, que é possível pois:

1) o mecanismo de economia de liquidez (por meio de algoritmos do sistema) permite reduzir o custo dos depósitos de todos os participantes e liquidez interbancária; (2) os custos das operações de tesouraria são reduzidos; (3) graças aos contratos inteligentes, os custos de bolsa são reduzidos; e 4) os custos de conformidade com os requisitos regulatórios dos bancos centrais são minimizados por meio do aumento da transparência. (Danilova; Maslov, 2024, p. 88).

Além da iniciativa *mBridge*, outra proposta governamental merece destaque no processo de internacionalização do yuan digital. Com a consolidação da China como “a fábrica do mundo” e sua intensa participação no comércio internacional, foi esperado a adoção de uma estratégia capaz de fortalecer o dinamismo econômico chinês: a *Belt and Road Initiative* (BRI), inicialmente *One-Belt One-Road Initiative* (Lu; Wolszczak-Derlacz, 2020, p. 4). Enquanto componente tecnológico da Rota da Seda Digital (*Digital Silk Road*), a BRI é visualizada por estudiosos como Hemmings (2020, p. 7) como um canal estratégico para ampliar o poder de atração da China. Esse processo ocorreria por meio de “pacotes” tecnológicos que incluem cidades inteligentes, portos inteligentes, comércio eletrônico e moeda digital, redes de comunicação e redes de satélite. Em conjunto, tais propostas constroem um tipo de “rodovia global de informação” que atribui centralidade ao país.

Estruturada em torno da coordenação de políticas, da conectividade de infraestrutura, da remoção de barreiras comerciais, da integração financeira e da intensificação das conexões entre pessoas de diferentes nações, a BRI foi concebida não como um simples acordo comercial, mas como um plano abrangente de cooperação entre os países-membros. Entre seus principais objetivos estão a ampliação dos investimentos e a criação de um Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, de modo a promover o uso do renminbi e

¹³ Em específico, é interessante pontuar que uma destas novas tecnologias blockchain de aperfeiçoamento é a *mBridge Ledger*, desenvolvida pelo BIS Innovation Hub para otimização de pagamentos internacionais. Implantado centralmente em nuvem em Hong Kong, a sua implantação e operação em plataforma se desdobra de maneira compartilhada entre os participantes por razões de privacidade de dados e governança (Bouguelli; Conti, 2025, p. 11).

incentivar os investimentos diretos chineses no exterior (Lu; Wolszczak-Derlacz, 2020, p. 4). Os desdobramentos dessa estratégia já eram perceptíveis em 2020, quando cerca de 30 países — entre eles Paquistão, Laos, Tailândia e Indonésia — passaram a utilizar BeiDou, sistema chinês de navegação por satélite que se apresenta como uma alternativa ao GPS norte-americano (Hemmings, 2020, p. 11), uma demonstração clara da infraestrutura tecnológica chinesa para além de suas fronteiras.

Assim, com a vantagem do *first-mover*, a China estabeleceu um parâmetro para iniciativas internacionais semelhantes ao lançar a maior iniciativa global de infraestrutura do século XXI. Quah, Tan e Nursultan (2025, p. 5) argumentam que, desde o seu lançamento em 2013, a *Belt and Road Initiative* passou a incorporar, de maneira progressiva, objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável que ampliou o escopo da própria iniciativa: de um projeto de infraestrutura e conectividade, passou a se estruturar em torno do Cinturão Econômico da Rota da Seda (*Silk Road Economic Belt*), da Rota Marítima da Seda do Século XXI (*21st Century Maritime Silk Road*) e de demais extensões temáticas, como a Rota da Seda Verde (*Green Silk Road*), por exemplo. Desse modo, a iniciativa desempenhou um papel fundamental na configuração do comércio global, influenciando a posição da China nas cadeias globais de valor e integrando economias em desenvolvimento (Haghighi; Agustín, 2026, p. 87), o que projeta o yuan em novos circuitos internacionais.

Nesse processo, observa-se como a continuidade de políticas públicas — como a *Going Global*, voltada à expansão internacional das empresas chinesas e impulsionada por uma onda de fusões e aquisições — atuam de forma coordenada com os demais elementos de internacionalização (Deos, 2015, p. 416). Sousa (2020, p. 16) destaca, também, acordos de livre comércio e parcerias econômicas mais estreitas com diferentes países; a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reserva. Além disso, a implementação da Iniciativa de Multilateralização Chiang Mai da ASEAN+ 3 (China, Japão e Coreia do Sul) e a expansão internacional dos bancos chineses, inclusive por meio da concessão de empréstimos denominados em renminbi, são outras medidas influenciadas por um pensamento político-econômico estratégico (Cintra; Silva Filho; Pinto, p. 20). Em conjunto, essas medidas sugerem um planejamento minucioso para a criação de condições institucionais, o que possibilita uma maior circulação internacional da moeda chinesa.

Soma-se a isso, outros instrumentos e programas valem ser mencionados como componentes de consolidação para novas formas de poder estrutural na economia política internacional. Como, por exemplo, a *Blockchain Service Network* (BSN), uma plataforma

criada em 2020 pela China e destinada a homogeneizar as estruturas, protocolos e configurações globais de *blockchain*, reduzindo custos e ampliando a acessibilidade. Contando com a participação interna da China Mobile, a China Telecom e o Baidu AI Cloud, estes se encarregam de prover serviços em nuvem em território nacional, enquanto no plano internacional, parcerias com a Google Cloud e a Amazon Web são as responsáveis pela atuação externa da plataforma a fim de padronizar os serviços financeiros (Boaventura; Morais; Conti, 2023, p. 12).

De maneira geral, embora o yuan digital tenha apresentado crescimento nos circuitos internacionais, ainda é necessário aprimoramento na infraestrutura financeira que o comporta para ampliar o seu uso além-fronteira, o que requer fortalecimento de mecanismos jurídicos, regulatórios e comerciais. Zou (2026, p. 238) discute medidas para maior internacionalização do e-CNY, entre elas: (i) a Lei do PBOC, a Lei Antilavagem de Dinheiro e os Regulamentos de Administração de Câmbio, que fornecem uma base jurídica para as transações *offshore*; (ii) o aperfeiçoamento da estrutura regulatória para monitorar todas as etapas das transações, fortalecer o sistema de divulgação de informações e garantir maior transparência de mercado, como previsto na Lei da Tecnologia Financeira; (iii) a criação de uma rede de coordenação em três níveis (“China continental-HongKong-Global”), com interoperabilidade nas regras de pagamento e compensação por meio da atualização de acordos *swap*, da integração ao projeto *mBridge* e do fortalecimento da cooperação com organizações multilaterais, como o IMF e o BIS, para reforçar a confiança regulatória e institucional; e (iv) o desenvolvimento de um *hub offshore* do e-CNY baseado em tecnologia *blockchain*, capaz de fornecer maior estabilidade técnica e sustentar uma infraestrutura financeira transfronteiriça autônoma, segura e eficiente (Zou, 2026, p. 238-239).

Em suma, o e-CNY e seus projetos associados ao desenvolvimento do ecossistema financeiro chinês não devem ser compreendidos como iniciativas isoladas, mas como componentes de uma estratégia multidimensional que tem como objetivo, em primeiro momento, a soberania monetária e autonomia financeira. Pois é justamente a diversificação de planos e instrumentos — inovação tecnológica, infraestrutura de pagamentos, cooperação internacional e reformas regulatórias — que ampliam a capacidade de um país de estabelecer alternativas a uma estrutura tradicionalmente dominada pelo dólar.

Assim, mesmo que a presença do yuan seja tímida em comparação às demais moedas centrais, a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos geopolíticos e geoeconômicos — como sistemas de pagamentos alternativos e iniciativas multilaterais — oferecem alguma perspectiva de viabilidade ao processo de desdolarização, ainda que de maneira lenta e

gradual (Voigtel. 2025, s.p.). Apesar de “o medo de que a volatilidade da moeda desestabilize a economia provavelmente superará o desejo dos *policymakers* de tornar o yuan uma moeda global.” (Zeidan, 2024, s.p.), tal posição não deve ser entendida como definitiva. Pois, por mais que não existam parâmetros que tornem metas como a desdolarização viáveis no presente, há um horizonte de longo prazo a ser construído.

Vale ressaltar que os privilégios associados à hegemonia do dólar não são questionados apenas pela China. Em junho de 2025, o CIPS anunciou suas primeiras parcerias diretas com seis bancos estrangeiros no Oriente Médio e na África. Considerando que a maior parte dos participantes indiretos do CIPS estão na Ásia, esse movimento corrobora com a narrativa de que mais países estão em busca de alternativas à hegemonia do dólar e às ameaças de sanções, sobretudo após a remoção da Rússia da SWIFT em 2022. Desde então, economias da Ásia, do Oriente Médio, da África e membros do BRICS passaram a demonstrar maior interesse por mecanismos de pagamentos baseados em yuan (FXCINTEL, 2025, s.p.).

Em continuidade, mesmo economias não próximas das iniciativas chinesas apresentam uma linha de pensamento semelhante. Em 17 de junho, Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, publicou um artigo de opinião em defesa do “momento global do ouro”, apontando o aumento do protecionismo e a erosão da confiança no multilateralismo (Institute of Geoeconomics, 2025, s.p.). Dias depois, a diretora-gerente do IMF, Kristalina Georgieva, endossou o argumento de Lagarde ao alegar que as perspectivas do euro poderiam melhorar se a União Europeia promovesse um ambiente de investimento unificado e dinâmico (Institute of Geoeconomics, 2025, s.p.).

Esses tipos de manifestações evidenciam que a busca por melhores posições na arquitetura financeira mundial é uma preocupação compartilhada por diferentes atores. Contudo, ainda que válidos, a interpretação desses discursos requer cautela analítica, uma vez que sua aceitação acrítica pode culminar em uma armadilha geopolítica pela distorção de dinâmicas de poder, pois, à medida que a própria arquitetura financeira está se transformando, seus participantes também redefinem estratégias de inserção e influência.

Mirfazli e Shafiee (2026, p. 11) argumentam que, embora a desdolarização tenha sido anunciado como uma política para maior autonomia financeira, esse fenômeno pode gerar novas formas de dependência monetária — o que originou o termo “yuanização”, que envolve a substituição da dependência do dólar por uma relação mais profunda e assimétrica com o yuan, especialmente em casos em que a China é a principal parceira comercial e credora estratégica. A experiência russa ilustra esse processo de maneira emblemática, por exemplo.

Com a anexação da Crimeia em 2014 e a invasão à Ucrânia em 2022, as sanções econômicas impostas pelo Ocidente, junto com o congelamento de ativos em moedas ocidentais, forçaram Moscou a realizar uma migração mais acelerada para alternativas financeiras baseadas em yuan, com a participação desta moeda subindo de 3% para 33% na Bolsa de Valores de Moscou (Mirfazli; Shafiee, 2026, p. 11).

Isso converge com a análise de Duran (2026, s.p.), segundo a qual os fatores-chave da infraestrutura financeira contemporânea — como capacidade técnica, infraestrutura de cibersegurança e recursos humanos especializados — permanecem concentrados de forma desproporcional em economias mais desenvolvidas, o que resulta na exclusão de regiões de baixa renda, como o Sul Global. Afinal, “quem projeta os trilhos pelos quais recursos financeiros se movem detém um poder estrutural, que não precisa se anunciar para se fazer sentir.” (Duran, 2026, s.p.). Desse modo, a preocupação com a yuanização seria ainda mais pertinente para países excluídos da geopolítica mundial ou com sanções econômicas severas que recorrem à China como rede financeira alternativa (Mirfazli; Shafiee, 2026, p. 11).

Assim, ao refletir sobre a China, Duran (2026, s.p.) observa que a proposta de soberania monetária dos países — inclusive os emergentes — pode se revelar, na prática, um discurso que, sobretudo, mascara o uso de plataformas multilaterais como veículo de internacionalização da moeda chinesa. Ao invés de reforma estrutural que horizontaliza as relações, essas movimentações se converteriam num exercício do poder estrutural de Beijing, permitindo que a China redesenhe os “trilhos” da economia política internacional para estabelecer “como as coisas devem ser feitas” e, assim, definir, sob seus próprios termos, quem pode usufruir da arquitetura financeira global (Figueiredo, 2024, s.p.).

CONCLUSÃO

Por certo, o movimento chinês em direção à internacionalização do yuan deve ser compreendido como parte de uma estratégia mais ampla de redução das vulnerabilidades ao ambiente externo e fortalecimento da autonomia financeira nacional. Diante de um cenário internacional marcado por crises recorrentes, tensões geopolíticas e disputas comerciais, a China tem buscado a ampliar o uso de sua moeda como mecanismo de proteção econômica e instrumento de projeção de poder, reduzindo a sua dependência da infraestrutura financeira internacional centrada no dólar de forma lenta e gradual (Times Brasil, 2026, p. 2). Nesse sentido, permanece relevante o argumento Torres Filho (2015, p. 2), segundo o qual a internacionalização monetária chinesa constitui uma reação de defesa à crise financeira global de 2008, estabelecendo relação entre estabilidade doméstica e inserção internacional.

Logo, ao fortalecer sua autonomia monetária e financeira, o governo chinês eleva a sua capacidade de responder a pressões externas e consolidar mecanismos de expansão de sua influência econômica para além do espaço regional asiático (Cintra; Silva Filho; Pinto, 2015, p. 18). Nesse processo, a construção de novos canais de circulação de capitais e de infraestruturas financeiras próprias evidencia a busca de Beijing por uma posição mais ativa — e não necessariamente hegemônica — na configuração da economia política internacional. Assim, a China se distancia da condição de economia periférica ao abandonar a postura de observador passivo e adquire uma centralidade global capaz de influenciar o cenário econômico e geopolítico do mundo (Amorim, 2025, p. 42).

Nesse contexto, o yuan digital representa um dos feitos mais emblemáticos da estratégia chinesa no século XXI, ao combinar inovação tecnológica, modernização da infraestrutura de pagamentos e maior participação estatal na circulação monetária. Ainda que o e-CNY não represente, no momento atual, uma ruptura direta com a ordem monetária vigente, sua implementação revela um esforço consistente de converter capacidade econômica, tecnológica e institucional em maior autonomia estratégica e poder estrutural.

Para a consolidação desse processo, no entanto, depende-se tanto do desenvolvimento tecnológico do yuan digital quanto da construção de condições institucionais capazes de sustentar sua expansão internacional. Conforme ressalta Hsia Hua Sheng, professor de Finanças Internacionais da FGV-EAESP, o progresso do yuan decorre não está associado apenas a reformas financeiras¹⁴ e ao fortalecimento de mecanismos de internacionalização

¹⁴ Embora tenha sido originalmente concebido como substituto do dinheiro em espécie, o yuan digital passou a contar com um novo arcabouço estabelecido pelo PBOC, que autorizou bancos comerciais a pagarem juros sobre os saldos das carteiras de e-CNY a partir de 2026. Essa mudança, então, permitiu a sua integração em operações

monetária, mas também da estabilidade cambial mantida pelo governo chinês nos últimos anos (Times Brasil, 2026, s.p.). Dessa forma, o crescimento das transações em e-CNY— que alcançaram 16,7 bilhões de yuan até novembro de 2025 (Observador, 2026, s.p.) — indica que a ambição chinesa tem conquistado avanços graduais. Pois, ainda que o yuan digital continue como um complemento ao sistema monetário dominado pelo dólar, a sua trajetória demonstra como a construção progressiva de uma alternativa possibilita a ampliação da autonomia financeira nacional e o fortalecimento da inserção estatal no Sistema Internacional.

Contudo, apesar das visões mais otimistas, o avanço do yuan digital segue levantando debates. Críticas como as de Alex Gladstein, diretor de estratégia da Human Rights Foundation, enfatizam o potencial de controle estatal abusivo sobre os pagamentos digitais (TradingView News, 2025, s.p.), enquanto análises como a de Figueiredo (2024, s.p.) interpretam o e-CNY como instrumento de fortalecimento do poder financeiro chinês no sistema internacional — comportamento que mais se aproxima de postura hegemônica do que cooperativa. Essa dimensão geoeconômica pode ser observada nas práticas comerciais agressivas e nos investimentos estratégicos em regiões como a América Latina e a África, em que a desvalorização do yuan funciona como uma extensão dessas estratégias, visando o aumento da dependência de outros países em relação aos produtos chineses (Amorim, 2025, p. 59).

Nesse contexto, observar o comportamento de Beijing fora do continente é de absoluta utilidade para uma compreensão mais abrangente das ações chinesas. Hong Kong, por exemplo, ocupa posição central no mercado internacional e revela como a HKSAR não apenas fornece um ambiente financeiro consolidado para o experimento de novas tecnologias pela China, como atua também enquanto plataforma para a internacionalização do yuan. Conforme observa Zou (2026, p. 234), o desenvolvimento financeiro da HKSAR favorece a sua transição de um *hub offshore* tradicional para uma peça fundamental de infraestrutura financeira orientada por tecnologia, impulsionando a sua competitividade na arena internacional e, concomitantemente, a sua capacidade de liderança em inovação. Assim, a experiência de Hong Kong mostra como uma expansão monetária depende da articulação entre mercados financeiros, evolução tecnológica e mecanismos institucionais de cooperação-competição.

Em conjunto, as iniciativas discutidas explanam como os planos chineses de internacionalização monetária não se limitam à expansão do uso do yuan, mas envolve toda

de ativos e passivos bancários, transformando-o em moeda digital de depósito dotado de funções de medida de valor, reserva de valor e meio de pagamento transfronteiriço (TradingView News, 2025, s.p.).

uma construção de infraestrutura financeira e acordos colaborativos para a sua projeção no exterior. A concessão de financiamentos em yuan na *Belt and Road Initiative*, o protagonismo do e-CNY em plataformas como o *mBridge* — que se situa como moeda predominante da plataforma — e o fortalecimento de sistemas alternativos de liquidação, como o CIPS, especialmente em relações financeiras em países como Rússia e Índia (Carvalho; Gabriel, 2025, p. 4) — apontam para o esforço coordenado como um dos principais elementos para a expansão da presença monetária chinesa no sistema financeiro internacional. Assim, para além da atuação em organizações internacionais e regimes multilaterais já consolidados, a China investe na construção de estruturas suplementares — complementares ou competitivas — que possibilitam a reorganização da ordem internacional vigente a partir de suas próprias visões e interesses.

Não obstante os avanços observados, a internacionalização do yuan segue condicionada a desafios estruturais que testam a resiliência da estratégia chinesa. No plano doméstico, o e-CNY ainda enfrenta a concorrência¹⁵ de plataformas privadas estabelecidas e populares, como WeChat Pay e Alipay, enquanto, no plano internacional, obstáculos referentes à harmonização regulatória, à interoperabilidade entre sistemas e à governança de dados persistem, de modo que a estruturação de um centro *offshore* de yuan digital enfrente dificuldades. Soma-se a isso o Trilema de Mundell-Fleming, que impõe limites à conciliação entre estabilidade cambial, autonomia na política monetária e livre mobilidade de capitais.

Assim, para além do aperfeiçoamento tecnológico e institucional do e-CNY, o sucesso da estratégia chinesa dependerá da sua articulação com outros países. Ou seja, cooperação e multilateralidade que se desdobram, no caso da China, em diálogo político com países da BRI, da construção de uma estrutura regional de governança financeira digital e da promoção de sinergia institucional com gestão compartilhada de riscos (Zou, 2026, p. 243). Também, a capacidade do Estado chinês de equilibrar pressões inerentes ao sistema internacional — como a saída de capitais e o diferencial de juros em relação aos Estados Unidos — em um sistema financeiro orientado por mercados globais e autoridades nacionais será fundamental para o alcance de posições maiores na hierarquia mundial contemporânea (Zou, 2026, p. 243; Amorim, 2025, p. 43; Strange, 1994, p. 91)

¹⁵ Aqui, é importante pontuar que essa competição não se configura como uma disputa de mercado no sentido clássico, uma vez que o e-CNY atua de modo complementar às plataformas privadas, com integração seletiva em pagamentos do setor público e desembolsos governamentais em ambientes comerciais controlados (Atlantic Council, 2026, s.p.). Trata-se, portanto, de uma competição vinculada à adoção pelos usuários, o que implica em uma dificuldade de inserção do yuan digital em um ecossistema já formado.

Em última análise, embora o dólar permaneça como moeda hegemônica, o empenho chinês tem mostrado, por si só, que a alteração no equilíbrio de poder estrutural já está em andamento. Esse movimento se manifesta no aumento das reservas em yuan, na maior participação de investidores institucionais e na emissão de títulos nessa moeda além-fronteira, sobretudo em Hong Kong e outros centros asiáticos (Leal; Paula; Orsi, 2026, s.p.). Assim, mais espaço é conquistado pela moeda chinesa na arquitetura financeira mundial — não como alternativa plena, mas como um instrumento complementar ao sistema monetário vigente.

Por fim, o yuan digital e a posição estratégica de Hong Kong devem ser compreendidos como componentes integrados de uma estratégia chinesa de base financeira e tecnológica. De modo que, através da inovação monetária e da intensa articulação com diferentes mercados, a China não só reduz a sua vulnerabilidade a sanções e mitiga o descompasso geoeconômico, mas constrói um poder estrutural silencioso que, no futuro, poderá resistir a grandes crises.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAMIR, Mir. The China Factor: Preventing Digital Yuan Dominance of the BRICS Financial Architecture and the Complete Implementation Blueprint for the New Delhi Declaration. **SSRN**, 2026. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=6570763>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- AMORIM, Álvaro José de. A desvalorização do yuan e suas implicações no cenário macroeconômico e geopolítico global. **Revista de Economia da Universidade Estadual de Goiás**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2025. DOI: <https://doi.org/10.31668/pvvqvj68>. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/16278>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- ARNER, Douglas W.; BUCKLEY, Ross P.; ZETZSCHE, Dirk Andreas; DIDENKO, Anton. After Libra, Digital Yuan and COVID-19: Central Bank Digital Currencies and the New World of Money and Payment Systems. **SSRN**, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3622311>. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10722/284359>. Acesso em: 24 abr. 2026.
- ASEAN**. 2023 ASEAN Leaders' Declaration on Advancing Regional Payment Connectivity and Promoting Local Currency Transaction. Labuan Bajo, Indonésia, 10 maio 2023. Disponível em: <https://cil.nus.edu.sg/wp-content/uploads/2023/08/2023-ASEAN-Decl-Payt-Connectivity.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2026.
- ASEAN+3 MACROECONOMIC RESEARCH OFFICE (AMRO). Hong Kong, China: Broadening Growth Momentum as Economic Recovery Takes Hold. **AMRO Asia**, 2025. Disponível em: <https://amro-asia.org/hong-kong-china-broadening-growth-momentum-as-economic-recovery-takes-hold>. Acesso em: 25 maio 2026.
- ASIA SOCIETY POLICY INSTITUTE**. Asking the Right China Questions: An Inside-Out Framework. CHINA 2026: WHAT TO WATCH. 2025. Disponível em: <https://asiasociety.org/policy-institute/china-2026-what-watch>. Acesso em: 27 maio 2026.
- ATLANTIC COUNCIL**. What to watch as China prepares its digital yuan for prime time. 2026. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/what-to-watch-as-china-prepares-its-digital-yuan-for-prime-time>. Acesso em: 27 maio 2026.
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. Annual Report 2024/25. **Basel: BIS**, 2025. Disponível em: <https://www.bis.org/about/areport/areport2025.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. E-CNY: main objectives, guiding principles and inclusion considerations. **Basel: BIS**, 2022. Disponível em: https://www.bis.org/publ/bppdf/bispap123_e.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.
- BANSAL, Rajesh; SINGH, Somya. China's digital yuan: an alternative to the dollar-dominated financial system. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2022. Disponível em: https://assets.production.carnegie.fusionary.io/static/files/202108-Bansal_Singh_-_Chinas_Digital_Yuan.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.
- BILOTTA, Nicola. An international digital yuan: (vane) ambitions, (excessive) alarmism and (pragmatic) expectations. **IAI Commentaries**, n. 21, p. 44, 2021.
- BOAVENTURA, Alba; NOGUEIRA, Isabela; DE CONTI, Bruno. A Moeda Digital Chinesa: Um Confronto com o Poder Estrutural do Dólar?. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 14, n. 65, p. 7–20, 2023. DOI: 10.22456/2178-8839.127669. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/127669>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- BOUGUELLI, Rudy; DE CONTI, Bruno. Building bridges or competing in a payments arms race? The geopolitics of the mBridge project. **International Journal of Political Economy**, v. 55, n. 1, p. 70-87, 2026. Disponível em: <https://www.ie.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD490.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2026.
- BRAZIL JOURNAL. Yuan será reserva internacional 'em 5 anos'. **Brazil Journal**, 2024. Disponível em: <https://braziljournal.com/yuan-sera-reserva-internacional-em-5-anos/>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- CARVALHO, Carlos Eduardo; GABRIEL, João Paulo Nicolini. A China e a desdolarização em andamento. **Revista Brasileira de Economia Monetária e Financeira**, Número Especial, 2025. Disponível em: https://www.observatoriodobancocentral.com.br/wp-content/uploads/2025/05/v03-01-CarvalhoGabriel_Desdolarizacao.pdf. Acesso em: 1 jul. 2026.
- CAUDEVILLA, Oriol; KIM, Henry M. The Digital Yuan and Cross-Border Payments: China's Rollout of Its Central Bank Digital Currency. **University of Hong Kong Faculty of Law Research Paper**, n. 2023/30, 2022.
- CEYHAN, Fabiana. Projeto liderado por Pequim busca fortalecer uso do yuan digital no comércio global. **Brasília in Foco**, 15 jun. 2026. Disponível em: <https://brasiliainfoco.com/projeto-liderado-por-pequim-busca-fortalecer-uso-do-yuan-digital-no-comercio-global>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- CHEN, Jianwei; NESTEROV, Igor O. Central bank digital currencies: Digital Yuan and its role in Chinese digital economy development. **RUDN Journal of Economics**, v. 31, n. 1, p. 120–133, 2023. DOI: 10.22363/2313-2329-2023-31-1-120-133.

- CHENG, Mikayla. Advantages and disadvantages of the Chinese digital yuan. **Sigma: Journal of Political and International Studies**, v. 41, art. 4, 2024. Disponível em: <https://scholarsarchive.byu.edu/sigma/vol41/iss1/4>. Acesso em: 24 abr. 2026.
- CHEN, Weidong; YUAN, Xiaohui. Financial inclusion in China: an overview. **Frontiers of Business Research in China**, v. 15, n. 4, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s11782-021-00098-6>.
- CHINA EVERBRIGHT BANK COMPANY LIMITED**. Annual Report 2025. Hong Kong Exchanges and Clearing Limited, 2026. Disponível em: <https://www.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2026/0429/2026042905086.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa (org.). China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: **Ipea**, 2015.
- COSTA, Fernando Nogueira da. Rede monetária alternativa ao dólar. **Conselho Federal de Economia**, 2025. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25304>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- WAGNER, Gustav Christopher. Chinese currency explained – The difference between onshore and offshore Yuan Renminbi. **CURRENCYTRANSFER**. 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.currencytransfer.com/blog/expert-analysis/chinese-currency-explained-difference-onshore-offshore-yuan-renminbi>. Acesso em: 23 maio 2026.
- DANILOVA, Elena Andreevna; MASLOV, Alexey Vasilyevich. Moedas Digitais em Pagamentos Internacionais: Projeto mBridge. **ECO. Revista Econômica Russa**, n. 3 (597), 2024, p. 80-94. DOI: 10.30680/ECO0131-7652-2024-3-80-94
- DEOS, Simone Silva de. Sistema bancário chinês: evolução e internacionalização recente. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa (Org.). China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: **Ipea**, 2015. p. 391-424.
- DEUTSCHE WELLE. Por que a China não sufoca os protestos em Hong Kong. **G1**, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/15/por-que-a-china-nao-sufoca-os-protestos-em-hong-kong.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2026.
- DU, Yudai. Digital yuan cross-border pilot: blockchain and AI integration in China's CBDC infrastructure (2021–2024). **TechRxiv**, 2025. Disponível em: <https://www.techrxiv.org/doi/pdf/10.36227/techrxiv.175022064.47828583/v1?download=true>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- DURAN, Camila Villard. A política regulatória que precisa ser visível. **JOTA**, São Paulo, 26 maio 2026. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/mulheres-na-regulacao/a-politica-regulatoria-que-precisa-ser-visivel>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- FIGUEIREDO, Maria Fernanda Campos de. O yuan digital e seus impactos na internacionalização da moeda chinesa. **Diálogos Internacionais**, v. 11, n. 110, Edição Especial, 26 ago. 2024. Disponível em: <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=3256>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- FXCINTEL**. A rede de pagamentos transfronteiriços da China está em ascensão? 4 jul. 2025. Disponível em: <https://www.fxcintel.com/research/analysis/cips-growth-may-2025>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- HE, Wei; SLEIMAN, Kamal Abubker Abraham; SULIMAN, Mohammed AE. Exploring the role of mobile payment adoption in China: An empirical analysis of Alipay and WeChat Pay. **Acta Psychologica**, v. 259, p. 105345, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2025.105345>.
- HAGHIGHI, Faezeh Moradi; AUGUSTÍN, Michael. The Influence of the Belt and Road Initiative on China's Advancement in Global Value Chains and Developing Economies: A Systematic Review. **The Chinese Economy**, v. 59, n. 2, p. 87-114, 2026. DOI: 10.1080/10971475.2025.2526259. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10971475.2025.2526259>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- HEMMINGS, John. Reconstructing order: the geopolitical risks in China's digital silk road. **Asia Policy**, v. 15, n. 1, p. 5-21, jan. 2020. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/136/article/748991/pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- HKTDC**. Robotics innovator accelerates international ambition. Hong Kong Trade Development Council, [s.d.]. Disponível em: <https://hkmb.hktdc.com/en/TWGnl8JR/article/robotics-innovator-accelerates-international-ambition>. Acesso em: 26 maio 2026.
- HONG KONG MONETARY AUTHORITY**. Competitive International Financial Platform. Hong Kong: HKMA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.hkma.gov.hk/eng/key-functions/international-financial-centre/hong-kong-as-an-international-financial-centre/competitive-international-financial-platform>. Acesso em: 25 maio 2026.
- HONG KONG MONETARY AUTHORITY**. Expanding the cross-boundary e-CNY pilot in Hong Kong. Press release, 17 maio 2024b. Disponível em: <https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2024/05/20240517-3>. Acesso em: 26 maio 2026.

- HONG KONG MONETARY AUTHORITY.** International Financial Centre. Hong Kong: HKMA, [s.d.].b. Disponível em: <https://www.hkma.gov.hk/eng/key-functions/international-financial-centre>. Acesso em: 23 maio 2026.
- HONG KONG MONETARY AUTHORITY.** Smart Banking. Hong Kong: HKMA, 2024a. Disponível em: <https://www.hkma.gov.hk/eng/key-functions/banking/smart-banking>. Acesso em: 26 maio 2026.
- HONG KONG. LCQ18: Development of digital Renminbi and stablecoins. Government Information Services Department, 25 mar. 2026. Disponível em: <https://www.info.gov.hk/gia/general/202603/25/P2026032500231.htm>. Acesso em: 26 maio 2026.
- HONG KONG. LCQ21: e-CNY wallets. **Government Information Services Department**, 8 out. 2025. Disponível em: <https://www.info.gov.hk/gia/general/202510/08/P2025100800250.htm>. Acesso em: 26 maio 2026.
- HUANG, Y.; WANG, D.; FAN, G. Paths to a Reserve Currency: Internationalization of the Renminbi and Its Implications. **ADB Working Paper**, n. 482. Tokyo: Asian Development Bank Institute, 2014. Disponível em: <http://www.adbi.org/workingpaper/2014/05/23/6268.paths.reserve.currency.renminbi/>. Acesso em: 25 maio 2026.
- INSTITUTE OF GEOECONOMICS. From dollar hegemony to currency multipolarity? IOG Economic **Intelligence Report**, v. 4, n. 13, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://instituteofgeoeconomics.org/en/research/2025062121>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- INSTITUTO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Diálogo | A Sinergia entre CIPS e mBridge: Inovação Tecnológica e Desafios Regulatórios. **IMI Finance Watch**, 17 dez. 2024. Disponível em: <https://mp.weixin.qq.com/s/tonECNoNQ4UiMGKRJvQog>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- INTERNATIONAL BUSINESS MACHINES CORPORATION (IBM). Moeda digital do banco central (CBDC) e blockchain: o futuro dos pagamentos. **IBM**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/think/topics/blockchain-for-cbdc>. Acesso em: 24 jun. 2026.
- INTERNATIONAL DEPARTMENT CENTRAL COMMITTEE OF CPC.** Xi makes important speech at study session on promoting high-quality development of financial sector. Xinhua, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.idcpc.gov.cn/english2023/ttxw_5749/202405/t20240515_163982.html. Acesso em: 1 jul. 2026.
- JENNINGS, Ralph. How expanding China-led economic bloc Brics adds to the yuan's global clout. **South China Morning Post**, Hong Kong, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3232319/how-expanding-china-led-economic-bloc-brics-adds-yuans-global-clout>. Acesso em: 24 jun. 2026.
- KAARESVIRTA, Juuso; KEROLA, Eeva; NUUTILAINEN, Riikka. Evolution and challenges of the yuan's internationalisation. Helsinki: **Bank of Finland Institute for Emerging Economies**, 2026. Disponível em: <https://publications.bof.fi/server/api/core/bitstreams/2ee1a19c-a9a4-49f6-929c-d5afffb3600/content>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- KARIMPOUR, Davood. Currency Diplomacy: A Study of Chinese Policies in the International Monetary System. **Political and International Approaches**, v. 16, n. 3, p. 73-98, 2024. DOI: <https://doi.org/10.48308/piaj.2024.236544.1569>
- KLEIN, Aaron. China's digital payments revolution. **Brookings Institution**, 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/chinas-digital-payments-revolution>. Acesso em: 16 maio 2026.
- KOREA INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMIC POLICY. China's Internet Plus Strategy: Characteristics and Regional Case Study. Seul: **KIEP**, 2019. Disponível em: https://www.kiep.go.kr/gallery.es?mid=a10105040000&bid=0007&list_no=5081&act=view&cg_code=. Acesso em: 16 maio 2026.
- KOW, Yong Ming; GUI, Xinning; CHENG, Waikuen. Special Digital Monies: The Design of Alipay and WeChat Wallet for Mobile Payment Practices in China. **Human-Computer Interaction – INTERACT 2017**, v. 10516, p. 136–155, 2017. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-319-68059-0_9. Acesso em: 7 July 2026.
- KUMAR, Parul; PILLAI, Rekha; KUMAR, Neha; TABASH, Mosab I. The interplay of skills, digital financial literacy, capability, and autonomy in financial decision making and well-being. **Borsa Istanbul Review**, v. 23, n. 1, p. 169-183, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bir.2022.09.012>.
- LEAL, Júlia; PAULA, Luiz Fernando de; ORSI, Bianca. A gradual internacionalização da moeda chinesa: a ascensão do renminbi reflete não apenas a força econômica da China, mas também mudanças estruturais na ordem internacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 5 maio 2026. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-gradual-internacionalizacao-da-moeda-chinesa>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- LEUNG, Cynthia; UNTEROBERDOERSTER, Olaf. Hong Kong SAR as a Financial Center for Asia: Trends and Implications. **International Monetary Fund**, 2008. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2008/wp0857.pdf>. Acesso em: 25 maio 2026.
- LEE, Sanghun; KIM, Hongwon; KIM, Joohye; CHOI, Jaehee. China's Internet Plus Strategy: Characteristics and Regional Case Study. World Economy Brief, n. 19-23, **Korea Institute for International Economic Policy**,

2019. Disponível em:

https://www.kiep.go.kr/gallery.es?mid=a10105040000&bid=0007&list_no=5081&act=view&act=view&list_no=5081&cg_code=. Acesso em: 25 maio 2026.

LI, Zixi. Current development and future outlook of China CBDC (e-CNY): a literature review. **Finance & Economics**, v. 1, n. 2, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61173/vzmkzr88>.

LOUSIA, Teng Han; ROSETTE, Au Yui Ching. Factors that make Hong Kong one of the World Financial Centre. In: Proceedings of the 2024 International Conference on Finance, Innovation, Economics and Development (ICFIED-24). **Atlantis Press**, 2024. DOI: 10.2991/978-94-6463-408-2_72.

LU, Beier. Evolution of Hong Kong International Center and Future Development Trends. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMIC MANAGEMENT AND CULTURAL INDUSTRY, 6., 2024, [s.l.]. Proceedings [...]. Paris: **Atlantis Press**, 2025. p. 146-160. DOI: https://doi.org/10.2991/978-94-6463-642-0_16.

LU, Lerong; CHEN, Hang. Digital Yuan: the practice and regulation of China's Central Bank Digital Currency (CBDC). **Butterworths Journal of International Banking and Financial Law**, v. 36, n. 8, p. 601-603, 2021.

LU, Lishan. Research on the Development Process and Prospects of Hong Kong, China's International Financial Center. **Journal of Business and Management Studies**, v. 6, n. 5, p. 07-12, 2024. ISSN 2709-0876. DOI: 10.32996/jbms. Disponível em: <https://www.al-kindipublisher.com/index.php/jbms>. Acesso em: 18 maio 2026.

LU, Yuxin; WOLSZCZAK-DERLACZ, Joanna. The impact of China's One-Belt One Road initiative on international trade and global value chains. GUT FME Working Paper Series A, n. 2/2020 (62). Gdańsk: **Gdańsk University of Technology, Faculty of Management and Economics**, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10419/246279>. Acesso em: 22 jun. 2026.

LUI, Tai-lok; OH, Ian; ROWLEY, Anthony. Hong Kong as a Global Business and Financial Hub: Navigating the Turbulence and Challenges. London: **Routledge**, 2024.

MA, Sylvia. China's yuan settlements hit record, and the Iran conflict is looking like a catalyst. **South China Morning Post**, 9 abr. 2026. Disponível em:

<https://www.scmp.com/economy/global-economy/article/3349516/chinas-yuan-settlements-hit-record-and-iran-conflict-looking-catalyst>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MIRFAZLI, Hamed; SHAFIEE, Nozar. Para Além da Retórica: Por Que a Desdolarização Falha em Minar a Hegemonia Monetária dos EUA. **Meridiano 47**, Brasília, Brasil, v. 26, 2026. DOI: 10.20889/M47e26002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/55302>. Acesso em: 15 jun. 2026.

MISWAR, Syarifah Huswatun. The Future of the Yuan: Measuring the "Power" of Renminbi (RMB). **Khwopa Journal**, v. 6, n. 1, p. 127-143, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3126/kjour.v6i1.67230>.

MONITOR MERCANTIL. CIPS, a alternativa chinesa ao sistema de pagamentos Swift. 2022. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/cips-a-alternativa-chinesa-ao-sistema-de-pagamentos-swift>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MYERS, Margaret. A nova estratégia da China para a América Latina. **Americas Quarterly**, 14 out. 2025. Disponível em: <https://americasquarterly.org/article/a-nova-estrategia-da-china-para-a-america-latina>. Acesso em: 10 jun. 2026.

OBSERVADOR. Pagamentos transfronteiriços: China aposta em yuan digital. **Observador**, Lisboa, 1 jun. 2026. Disponível em:

<https://observador.pt/2026/06/01/china-aposta-em-yuan-digital-para-pagamentos-transfronteiricos-com-paises-lusofonos>. Acesso em: 1 jul. 2026.

OBSERVATÓRIO DA CHINA. Mais empresas estrangeiras investirão em Hong Kong em meio à crescente confiança empresarial, diz porta-voz da chancelaria. 2026. Disponível em:

<https://www.observatoriodachina.org/pt/article/mais-empresas-estrangeiras-investirao-em-hong-kong-em-meio-a-crescente-confianca-empresarial-diz-porta-voz-da-chancelaria>. Acesso em: 18 maio 2026.

OLIVEIRA, Henrique A. de. Hong Kong: uma pérola oriental ou ocidental? **Meridiano 47**, Brasília, v. 22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20889/M47e22007>

QUAH, Euston; TAN, Jun Rui; NURSULTAN, Iuldashov. A Comparative Analysis of the Belt and Road Initiative with Other Global and Regional Infrastructure Initiatives: Prospects and Challenges. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 18, n. 338, 2025. DOI: 10.3390/jrfm18060338.

ROBBERT, Juliana; SUSHKO, Vladyslav; WESTERMANN, Frank. Shifting forces behind RMB internationalization: evidence from the 2025 Triennial Survey. **BIS Working Papers**, n. 1345. Basel: Monetary and Economic Department, Bank for International Settlements, abr. 2026. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/work1345.pdf>.

SITE BRICS BRASIL. CIPS – Sistema de pagamentos transfronteiriços da China – bate recorde histórico, processando 1,22 trilhão de yuan (cerca de US\$ 170 bi) em um único dia. Informação é da jornalista Guan Xin, âncora e editora-chefe de negócios da @CGTNOfficial. X (Twitter), 10 abr. 2026. Disponível em: <https://x.com/sitebricsbrasil/status/2042778552844624223>. Acesso em: 10 jun. 2026.

- SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. A internacionalização do renminbi como um meio de contestação. **Desafios, Bogotá**, v. 32, n. 1, p. 243-272, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-40352020000100243&lng=en&nrm=iso. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.7688>. Acesso em: 6 jun. 2026.
- STATISTA**. Mobile payments with digital wallets – statistics & facts. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/4872/mobile-payments-worldwide/?srsltid=AfmBOorUWT-NEIqOsuF6H-Ssh6QQjITy1TUEWeRXIdXJxgvGQGjWgi5p>. Acesso em: 16 maio 2026.
- STOJANOVIC, Aleksandar; MCEVOY, Olan. Hide Your Strength, Bide Your Time? China's International Monetary Strategy at the Crossroads. **SSRN**, 2026. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=6187598>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- STRANGE, Susan. **States and markets**. 2. ed. London: Continuum, 1994.
- SUNG, Yun-Wing. The China-Hong Kong Connection: The Key to China's Open-Door Policy. Cambridge: **Cambridge University Press**, 1991. 256 p
- SWIFT. Global Currency Tracker: Monthly reporting and statistics – May 2026. Bruxelas: **SWIFT**, 2026. Disponível em: https://www.swift.com/sites/default/files/files/global-currency-tracker_may-2026_final_v3.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.
- TAYLOR, Monique. From Alipay to the Digital Yuan: China's Fintech Revolution. Stockholm: **Institute for Security & Development Policy; University of Helsinki**, 2023. Disponível em: <https://www.isdp.eu/publication/from-alipay-to-the-digital-yuan-chinas-fintech-revolution/>. Acesso em: 24 abr. 2026.
- TIMES BRASIL**. China amplia uso global do yuan para reduzir dependência do dólar. **CNBC**, 2026. Disponível em: <https://timesbrasil.com.br/mundo/china-amplia-uso-global-do-yuan-para-reduzir-dependencia-do-dolar>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- TORRES FILHO, E. T.; POSE, M. A internacionalização da moeda chinesa: disputa hegemônica ou estratégia defensiva? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. e182215, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198055272215>.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira. [Texto de apresentação]. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa (org.). China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: **Ipea**, 2015.
- TRADINGVIEW NEWS. China permitirá que bancos paguem juros em carteiras de yuan digital a partir de janeiro de 2026. **TradingView News**, 3 jul. 2026. Disponível em: <https://br.tradingview.com/news/cointelegraph:8b711a41ebc81:0>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP)**. Issue Brief nº 9 – 14th Five-Year Plan. [S.l.]: UNDP, [2021]. Disponível em: <https://files.acquia.undp.org/public/migration/cn/UNDP-CN-v2Issue-brief-9--14th-5-year-plan.pdf>. Acesso em: 25 maio 2026.
- VOIGTEL, Rafael. O “mito” da desdolarização e a falta de olhar aos dados. Grupo de Estudos sobre os BRICS (GEBRICS), **Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://sites.usp.br/gebrics/o-mito-da-desdolarizacao-e-a-falta-de-olhar-aos-dados>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- WEI, Xinyi. The Development of Hong Kong as an Intermediate Financial Centre after 1978, by Studying Chinese State-owned Banks in Hong Kong. 2024. **Tese (Doutorado não publicada) – University of London**, Londres, 2024. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/33471>. Acesso em: 25 maio 2026.
- WWJMRD**. The Global Stablecoin Race and a New Globalization: Digital Rails, Trade Policy, and Geopolitical Realignment via China's Yuan Stablecoin and Emerging Digital Economic Areas. Disponível em: <https://wwjmr.com/archive/2025/9/2399/the-global-stablecoin-race-and-a-new-globalization-digital-rails-trade-policy-and-geopolitical-realignment-via-china-s-yuan-stablecoin-and-emerging-digital-economic-areastablecoin>. Acesso em: 27 abr. 2026.
- YANG, Haotong; ZHANG, Ziyao. Hong Kong: Challenges and Prospects as an International Financial Center. In: LUO, H. et al. (eds.). Proceedings of 2024 6th International Conference on Economic Management and Cultural Industry (ICEMCI 2024). Advances in Economics, Business and Management Research, v. 316. [S.l.]: **Atlantis Press**, 2025. DOI: https://doi.org/10.2991/978-94-6463-642-0_19.
- YEFREMOV, D. Digital yuan on the foreground: initial conclusions from the Chinese experiment. *Kitaëznávči doslidžennâ*, Kyiv, n. 1, p. 165-172, 2021. **ISSN 2616-7328**. DOI: <https://doi.org/10.51198/chinesest2021.01.165>.
- YUE, Eddie. A new trend for fintech – cross-border payment. **Hong Kong Monetary Authority**, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/insight/2020/12/20201204>. Acesso em: 25 maio 2026.
- Z/YEN GROUP. Global Financial Centres Index 39: Top four financial centres clear leaders. London: **Z/Yen Group**, 2025. Disponível em:

- <https://www.zyen.com/news/press-releases/press-release-global-financial-centres-index-39-top-four-financial-centres-clear-leaders>. Acesso em: 17 maio 2026.
- ZEIDAN, Rodrigo. De-dollarization, the Belt and Road Initiative, and the Future of the Chinese Yuan. **Georgetown Journal of International Affairs**, Washington, D.C., 18 abr. 2024. Disponível em: <https://gjia.georgetown.edu/business-economics/de-dollarization-the-belt-and-road-initiative-and-the-future-of-the-chinese-yuan>. Acesso em: 6 jun. 2026.
- ZENG, Li; LAU, Wee-Yeap. The digital yuan in the shadow of dollar hegemony: rethinking Asia's financial autonomy amid US-China tensions. **Asia and the Global Economy**, v. 5, n. 2, p. 100126, Dec. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aglobe.2025.100126>.
- ZENGLEIN, Max J. China cannot (yet) do without Hong Kong. **Mercator Institute for China Studies**, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://merics.org/en/comment/china-cannot-yet-do-without-hong-kong>. Acesso em: 25 maio 2026.
- ZHOU, Weihuan; ARNER, Douglas W.; BUCKLEY, Ross P. Regulation of digital financial services in China: last mover advantage. **SSRN**, 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2660050>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- ZHOU, Xiaochuan. Reform the international monetary system. Essay by Dr Zhou Xiaochuan, Governor of the People's Bank of China, 23 Mar. 2009. **BIS Review**, n. 41/2009. Disponível em: <https://www.bis.org/review/r090402c.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- ZOU, Shengjie. Consolidating the status as an international financial centre: a study on the strategic value of digital CNY offshore hub development for Hong Kong. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON APPLIED ECONOMICS, MANAGEMENT SCIENCE AND SOCIAL DEVELOPMENT, 3., 2026. **Atlantis Press**, 2026. p. 234-245.